

Comunicação e Saúde desde 1982

Nº 167 - AGO 2016

# RADIS



---

## O OUTRO LADO DA **CIDADE-ESPETÁCULO**

Megaeventos refletem disputa por modelo urbano que privilegia negócios e acelera desigualdades

---

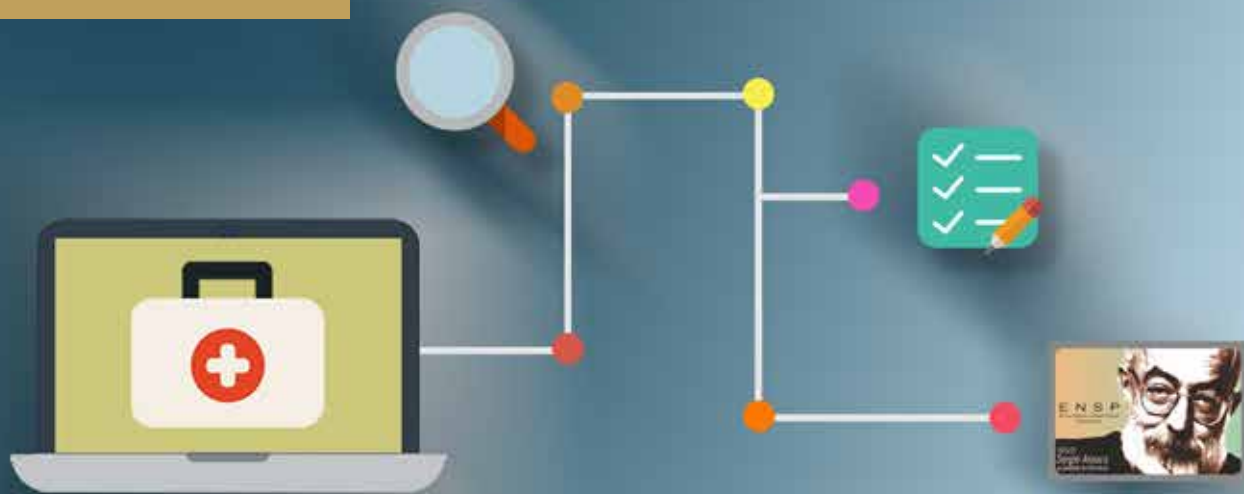
### **Previdência Social**

Não há déficit e sobra dinheiro para pagar benefícios, apontam especialistas

---

### **Saúde dos atletas**

Cultura da superação e busca por resultados ameaçam saúde dos olímpicos



# Internet e saúde

## Selo avalia qualidade da informação na web

Liseane Morosini

O conteúdo disponível em sites de saúde ou de instituições ligadas à área pode ser comprometido por informações desatualizadas, incompletas, contraditórias ou de difícil compreensão para os cidadãos. Com o objetivo de avaliar e contribuir para a melhoria da qualidade destas informações, a Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp/Fiocruz) lançou em junho, na abertura do 32º Congresso Nacional de Secretarias Municipais de Saúde, em Fortaleza, o Selo Sergio Arouca de Qualidade da Informação em Saúde na Internet. Segundo o historiador André Pereira Neto, pesquisador da Ensp e também professor do Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde (PPGICS), do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica (Icict/Fiocruz), a iniciativa, primeira do gênero no país, surge em um cenário em que as informações que circulam na internet produzem impactos diretos sobre a área da Saúde. “Nosso objetivo é melhorar a qualidade da informação disponível nos sites de instituições vinculadas ao Sistema Único de Saúde. Achamos que o SUS tem que ser um sistema que o cidadão acesse um serviço de qualidade e também uma informação de qualidade”, explica.

André revela que, inicialmente, serão avaliados 50 sites de secretarias municipais e estaduais. Ele observa que falta credibilidade nas informações disponíveis em vários sites sobre saúde, o que reforça a importância de as instituições se preocuparem com a qualidade dos conteúdos que divulgam em seus sites. “A informação sem qualidade pode prejudicar ou atrapalhar o tratamento de qualquer paciente. Informações defasadas e até mesmo equivocadas nos sites de saúde podem resultar em problemas para quem decidir acatá-las”, exemplifica. “Com o selo, esses sites poderão se transformar em uma referência em qualidade da informação em saúde. Ele vai indicar ao internauta que a informação disponível é confiável”, salienta.

**“Informações defasadas e equivocadas nos sites de saúde podem resultar em problemas para quem decidir acatá-las”**

O pesquisador alerta que, ainda que o site forneça informações “corretas” no que diz respeito ao seu conteúdo, não há garantia de que quem as acessa irá apreendê-las. “Há uma distância entre o que está disposto e o que o leitor entende”, assegura. André resalta que a falta de entendimento em sites de saúde foi um dos pontos analisados por três experiências conduzidas entre 2012 e 2015 pelo Laboratório Internet, Saúde e Sociedade, ligado ao Centro de Saúde Escola Germano Sinal Faria (Laiss/CSEGSF/Ensp). Ele informou que a pesquisa envolveu profissionais de diferentes setores da Fiocruz e contou com a participação de moradores da comunidade de Manguinhos, no Rio de Janeiro, que se debruçaram sobre sites de dengue, tuberculose e aleitamento materno. “Os conteúdos foram examinados a partir de cinco critérios diferentes: técnico, interatividade, abrangência, legibilidade e acurácia (precisão). O diferencial dessa pesquisa é que os usuários foram os avaliadores de legibilidade dos sites”, revela. Segundo André, nenhum dos sites públicos avaliados obteve 60% de conformidade. “Este dado resalta a importância e a urgência da realização de avaliações como esta”, diz. Para André, chamou atenção a dificuldade encontrada pelos moradores de Manguinhos para “compreender as informações disponíveis nos sites públicos, especialmente os do Ministério da Saúde”.

André garante que o Selo Sergio Arouca de Qualidade da Informação em Saúde na Internet é o instrumento que pode permitir o acesso a informações corretas e redigidas de forma clara e compreensível. De acordo com o pesquisador, o processo de avaliação, que será realizado pelo Laiss, é iniciado com um diagnóstico baseado em critérios e indicadores. “Dessa forma serão indicados os pontos que estão com menor conformidade e que necessitam ser ajustados. Feitos os ajustes, o site é reavaliado e receberá o selo”. As secretarias de Saúde que estiverem interessadas em avaliar os seus sites devem enviar mensagem para [laiss@ensp.fiocruz.br](mailto:laiss@ensp.fiocruz.br).



## Cidade, Olimpíada e Saúde

Megaeventos esportivos são usados como pretexto para impor modelos de reordenamento urbano desde 1982, na Olimpíada de Barcelona, na Espanha. Foi assim em 2014, durante a Copa da Fifa em várias capitais do Brasil. E o mesmo ocorre agora, com a Olimpíada do Rio de Janeiro.

As alardeadas transformações e modernizações para os jogos olímpicos legaram ao carioca uma cidade ainda mais excludente, desigual e entregue à especulação imobiliária. O modelo de ocupação e mobilidade implantado é voltado para os negócios, em detrimento do interesse e da qualidade de vida da maioria da população, dos transportes de massa e de soluções socioambientais sustentáveis, atestam pesquisadores, movimentos sociais e moradores ouvidos pelas repórteres Ana Cláudia Peres e Liseane Morosini.

Moradias, empregos e vidas estão em risco ou foram perdidas num processo truculento de segregação, que o urbanista Carlos Vainer caracteriza como “cidade de exceção”, numa referência à suspensão de direitos e garantias constitucionais. O pesquisador Orlando dos Santos Junior evoca o direito à cidade e lembra que o número de habitações vazias nas metrópoles brasileiras equivale ao número de pessoas sem teto. Em desvantagem na disputa pelo espaço urbano, há um outro projeto de cidade, mais humana, saudável e solidária, destinada às pessoas, em que o interesse público fala mais alto, registra a matéria de capa.

Às vésperas da Olimpíada, o editor Adriano De Lavor entrevistou grandes desportistas e profissionais de Educação Física sobre os impactos à saúde provocados por treinamentos exaustivos, lesões, dedicação extrema e pressão psicológica a que estão submetidos os atletas de alto rendimento. Outrora amadores movidos

por aptidão genética e perseverança, os atletas atuais são profissionais de carreira extremamente desgastante e frequentemente curta, a serviço de um espetáculo bilionário, que nem sempre lhes recompensa.

Nos esportes olímpicos ou no futebol profissional, a maioria permanece mal remunerada ou fica pelo caminho com suas frustrações e sequelas. A cultura da superação de limites a qualquer custo, além dos danos que causa no ambiente olímpico, dissocia a atividade física da saúde, quando reproduzida nas práticas esportivas de pessoas comuns.

A comunidade da saúde pública está indignada com as ameaças do governo interino contra o SUS e demais serviços públicos, como a censura ao pensamento crítico na Educação, disfarçada pelo mote “escola sem partido”. Da mesma forma, enxerga na subtração de direitos trabalhistas e previdenciários — ver matéria sobre o mito do déficit na previdência — um ataque à saúde dos trabalhadores.

Pesquisadores alertam para os riscos do benzeno, substância cancerígena presente na extração e no refino do petróleo e na produção de aço. Ele entra em contato com o corpo via respiração, como na inalação pela manipulação de gasolina e solventes, ou por contato direto com a pele.

O ex-presidente da Fiocruz e atual presidente do Conselho Político e Estratégico de Bio-Manguinhos, Akira Homma, relembra, em entrevista, a epidemia de meningite ocultada pela ditadura na década de 1970 e analisa as tendências na produção de imunobiológicos e vacinas.

**Rogério Lannes Rocha**

*Editor-chefe e coordenador do programa Radis*

### Expressões e Experiências

• Internet e saúde 2

### Editorial

• Cidade, Olimpíada e Saúde 3

### Cartum

3

### Voz do leitor

4

### Súmula

5

### Toques da Redação

9

### Capa | Modelos urbanos

• Cidades invisíveis 10  
• Célio e Felipe, os garis 12  
• Maria dos camelôs 13  
• Dona Irone e a violência 14  
• Rodrigo e o trânsito 15  
• Entrevista — Orlando dos Santos Junior: “A cidade tem que satisfazer as pessoas” 16  
• Resistência a toda prova 18  
• Inalva e as remoções 19

### Saúde dos atletas

• O risco da superação 20

### Previdência

• O mito do rombo 25  
• Entrevista - Denise Gentil: O que falta é inclusão 27

### Entrevista | Akira Homma

• Dedicção imune ao tempo 29

### Benzeno

• Perigo no ar 32

### Serviço

34

### Pós-Tudo

• Nada mais ideológico do que uma “escola sem partido” 35

### CARTUM



Capa: Foto de Eduardo de Oliveira mostra o muro que separa comunidades do Complexo da Maré e Linha Vermelha, no Rio de Janeiro

RADIS . Jornalismo premiado pela Opas e pela Asfoc-SN



Situação de rua

Quero parabenizar a reportagem de Adriano De Lavor que fala sobre "cidadania de papelão" (*Radis* 165). Ao ler a matéria fiquei muito emocionada com as entrevistas, principalmente com Rosana de Souza e Leonardo Perciliano. A cada leitura, uma lágrima, a cada palavra um sentimento de omissão das minhas responsabilidades de cidadã. Esta matéria despertou o desejo de ser melhor a cada dia com aqueles que realmente precisam de nós, vencendo assim meus preconceitos e percebendo que a mão estendida é melhor que a ação de ignorar e fechar os olhos para esta realidade, que precisa ser vista pela população e cobrar de fato uma ação enérgica do povo e dos políticos. Parabéns a todos.



• Denise Alves, Salvador, BA

Gostaria de agradecer e parabenizar a revista pela excelente matéria "À margem de direitos efetivos" (*Radis* 165). É notório que essa parcela da população não recebe a devida atenção. Na minha cidade, por exemplo, costumo observar muitos moradores de rua vivendo em situações de extremo descaso. São cenas tristes, que infelizmente continuam a ser negligenciadas. Fiquei feliz em ler a matéria, que coloca em destaque a situação desses moradores e expõe os motivos e problemas que enfrentam nas ruas.

• Gabriela Rocha, Curitiba, PR

**R:** Denise e Gabriela, obrigado pelos comentários! *Radis* está sempre atenta aos problemas das populações em situação de vulnerabilidade. Esperamos contribuir para minimizar seus problemas.

População trans

Quero parabenizar a todos da *Radis* por essa emblemática reportagem sobre "Identidade trans" (*Radis* 164). Um esclarecimento de alto nível, que pode ser

exemplo para todos os meios de comunicação do Brasil.

• Carlos Henrique de Sá Macêdo, Fortaleza, CE

Escrevo para parabenizá-los pela edição de número 164, em especial pela matéria do Bruno Dominguez sobre identidade trans. Achei sensível, objetiva e esclarecedora sobre os desafios de inclusão para a saúde pública e para sociedade em geral. Embora todas as dificuldades enfrentadas, mostrar a alegria e desejo de viver bem dos personagens fez toda a diferença. Obrigada pelo trabalho. Linda matéria!

• Laurenice Pires, Rio de Janeiro, RJ

**R:** Muito obrigado pelos elogios, Carlos e Laurenice!

Microcefalia e violência

Gosto muito da *Radis* e da qualidade dos textos. Chego a utilizar alguns textos para suscitar as discussões em sala de aula. Tenho acompanhado as matérias sobre microcefalia e sugiro que sigam abordando essa questão. Se possível, gostaria que a revista fizesse uma matéria sobre as questões psicológicas e familiares diante desse contexto. Além disso, gostaria de dar outra sugestão de pauta, para outro assunto tão importante quando a microcefalia: violência. Um fato que tem ocorrido com certa frequência no Brasil (ou pelo menos passou a ser publicizado) é o estupro coletivo. Gostaria de sugerir uma matéria sobre esse assunto, que aborde questões de gênero que levam à cultura do estupro, que culpabiliza a vítima; o perfil do criminoso que comete estupro coletivo; e o papel do psicólogo nesse contexto.

• Aponira Farias, Campina Grande, PB

**R:** Cara Aponira, estamos atentos aos desdobramentos da microcefalia e demais problemas relacionados aos vírus transmitidos pelo *Aedes Aegypti*. Também estamos acompanhando os efeitos dos mais variados tipos de violência à saúde. Na edição passada (*Radis* 165), discutimos

a cultura do estupro. Sugerimos a leitura e obrigado pelos comentários!

Vivência no SUS

Somos trabalhadores da secretaria de Estado da Saúde de São Paulo e usuários do SUS. Há dois anos iniciamos um projeto de estudo que tem a pretensiosa ambição de unir nossa vivência de três décadas dentro do SUS e seus pressupostos teóricos. Parte importante do nosso projeto é a leitura obrigatória da *Radis*, que para nós é uma referência crítica da realidade da saúde pública no Brasil (e mesmo fora dele, uma vez que não é raro encontrar matérias que abordam a questão da saúde em outros países). Por isso, nos vemos impelidos a comentar um tema quase nunca tocado na literatura sobre o SUS e nas discussões em fóruns específicos, mas que temos abordado em nossos estudos. Trata-se do "mito da gratuidade do SUS". Na *Radis* 163 há duas referências sobre a "gratuidade" do atendimento no SUS. Entendemos que as expressões "gratuito", "gratuidade" e outras correlatas não se aplicam às políticas públicas de forma geral, uma vez que todas as ações do Estado estão financiadas pelos tributos pagos pela população. Gostaríamos de iniciar uma discussão sobre um tema que, a nosso ver, tem desdobramentos profundamente deletérios sobre a efetivação do SUS.

• Rita Abib e Paulo Sérgio de Araújo, Mogi das Cruzes, SP

**R:** Rita e Paulo, obrigado pelo alerta e pelo texto enviado sobre o assunto. Em breve discutiremos com maior profundidade as questões propostas.

NORMAS PARA CORRESPONDÊNCIA

A *Radis* solicita que a correspondência dos leitores para publicação (carta, e-mail ou fax) contenha nome, endereço e telefone. Por questão de espaço, o texto pode ser resumido.

EXPEDIENTE

**RADIS**® é uma publicação impressa e online da Fundação Oswaldo Cruz, editada pelo Programa Radis de Comunicação e Saúde, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp).

Presidente da Fiocruz Paulo Gadelma  
Diretor da Ensp Hermano Castro

Editor-chefe e coordenador do Radis Rogério Lannes Rocha  
Subcoordenadora Justa Helena Franco

Edição Adriano De Lavor  
Reportagem Bruno Dominguez (subedição),  
Elisa Batalha, Liseane Morosini, Luiz Felipe Stevanim e Ana Cláudia Peres  
Arte Carolina Niemeyer e Felipe Plauska

Documentação Jorge Ricardo Pereira, Sandra Benigno e Eduardo de Oliveira (Fotografia)


Administração Fábio Lucas e Natalia Calzavara  
Apoio TI Ensp Fabio Souto (mala direta)

Estágio Supervisionado Ludmila Moura da Silva (Jornalismo) e Juliana da Silva Machado (Administração)

Assinatura grátis (sujeita a ampliação de cadastro)  
Periodicidade mensal | Tiragem 94.600 exemplares | Impressão Rotaplan  
Fale conosco (para assinatura, sugestões e críticas) • Tel. (21) 3882-9118  
E-mail radis@ensp.fiocruz.br  
Av. Brasil, 4.036, sala 510 — Manguinhos, Rio de Janeiro / RJ • CEP 21040-361

Ouvidoria Fiocruz • Telefax (21) 3885-1762  
www.fiocruz.br/ouvidoria

 [www.ensp.fiocruz.br/radis](http://www.ensp.fiocruz.br/radis)

 /RadisComunicacaoeSaude

USO DA INFORMAÇÃO • O conteúdo da revista *Radis* pode ser livremente reproduzido, acompanhado dos créditos, em consonância com a política de acesso livre à informação da Ensp/Fiocruz. Solicitamos aos veículos que reproduzirem ou citarem nossas publicações que enviem exemplar, referências ou URL.



Ministério da Saúde  
FIOCRUZ  
Fundação Oswaldo Cruz





A Vigília em Defesa da Saúde, da Seguridade e da Democracia ocupou o gramado do Congresso Nacional (5/7): defesa intransigente do SUS

FOTO: MÍDIA NINUA

## Tempos de ameaças e defesa do SUS

As ameaças são crescentes à saúde pública. A declaração à *Folha de S. Paulo* (6/7) do ministro da Saúde, Ricardo Barros, de que não é só ministro do SUS, mas da Saúde, gerou reações de entidades do Movimento Sanitário, como a Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp/Fiocruz), a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) e o Centro Brasileiro de Estudos da Saúde (Cebes). As críticas se somam aquelas dirigidas às iniciativas propostas pelo governo do presidente interino Michel Temer que colocam em risco os direitos sociais, como a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241/2016, que pode diminuir os recursos que vão para o SUS. Com o argumento de que pretende aliviar os gastos do governo com a Saúde, Barros propôs ainda que a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) libere nova modalidade de planos de saúde com perfil “mais popular” — ou seja, com menor preço, mas com restrições de serviços e atendimentos.

As reações em defesa do SUS ocorreram no Congresso, nas ruas e nos debates nas redes sociais. A Frente Parlamentar Mista em Defesa do SUS foi lançada em 5 de julho por deputados e senadores favoráveis à saúde pública, como noticiou (7/7) o site do Conselho Nacional de Saúde (CNS), embora o assunto não tenha recebido destaque na imprensa. No dia 6 de julho, uma caminhada em Brasília reuniu centenas de entidades e cerca de cinco mil pessoas, ainda segundo o CNS — na reedição da Marcha em Defesa do SUS, realizada na 15ª Conferência Nacional de Saúde (*Radis* 160). Uma das pautas foi o repúdio à PEC 241, que propõe, por um prazo de 20 anos, um limite máximo de despesas primárias para cada um dos poderes da União igual às despesas executadas em 2016 — o que vai significar a diminuição dos recursos gastos com políticas públicas. *Radis* reuniu as reações e análises em relação a esse cenário de ameaças ao SUS.

### Planos populares: Falsa cobertura universal

“É falso o argumento do ministro de que a venda de ‘planos populares’ irá ‘aliviar’ o Sistema Único de Saúde (SUS). Ele ignora que, no momento de recessão, desemprego e inflação, o que a população mais precisa é de proteção social e, portanto, de mais investimentos no SUS. Ele também desconhece a triste realidade dos usuários de planos de saúde, em especial daqueles que hoje adquirem os planos ‘falsos coletivos’, os de menor preço e de rede credenciada restrita, que proliferam por causa da fraca atuação da ANS”.

(Nota do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) e da Abrasco, em 11/7, em que as entidades informam que pretendem mover ações judiciais caso o governo federal autorize a venda de planos de saúde de cobertura reduzida ou segmentada).

### Cortes no SUS

“Nós somos um país que gasta pouco com saúde, menos do que a média mundial. Os gastos públicos são menores que os gastos privados. A aprovação bem-sucedida do SUS na Constituição foi malsucedida quanto ao financiamento. Só se fala em cortar despesas, não se fala em como nós podemos arrecadar mais”. (Lígia Bahia, pesquisadora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado, em 5/7).

### Desmonte do SUS

“Na prática, assistiremos ao desmonte do SUS e a privatização do sistema de saúde, onde todo esforço para melhorar as condições de saúde das famílias brasileiras ficará à deriva”. (Carlos Ocké-Reis e Francisco Funcia, economistas, em artigo publicado pelo Cebes, em 15/7).

### Menos serviços públicos

“A PEC 241/2016 não é uma proposta de equilíbrio estrutural das contas públicas para preservar a capacidade do Estado de oferecer políticas públicas a toda a sociedade, promovendo o desenvolvimento socioeconômico do país de forma democrática, inclusiva e com justiça social. Caso venha a ser aprovada, a implementação da proposta vai reduzir as ações estatais de redistribuição de renda, comprometer a oferta de serviços públicos universais como saúde e educação e deteriorar investimentos públicos em infraestrutura por mais de duas décadas”.

(Ursula Peres, pesquisadora e professora do Programa de Graduação e Mestrado em Gestão de Políticas Públicas da USP, e Fábio Pereira dos Santos, doutor em Administração Pública e Governo pela FGV/SP, publicada no *Nexo Jornal*, em 25/6).





FOTO: TOMAZ SILVA/ABR

## PARALISAÇÃO

Servidores do Instituto Nacional de Combate ao Câncer (Inca) organizaram protesto, no Centro do Rio de Janeiro (25/7), contra a alteração feita pelo Ministério do Planejamento no Projeto de Lei 33, que segundo os manifestantes, irá cortar gratificação e reduzir salários em 40%

## Pesquisa sobre Alzheimer exige cautela

Pesquisadores da Universidade de Rowen, nos Estados Unidos, desenvolveram um exame de sangue que conseguiu detectar Alzheimer em seus estágios iniciais com quase 100% de precisão. O teste foi concebido para detectar uma fase precoce da doença chamada Leve Comprometimento Cognitivo de Alzheimer (MCI, na sigla em inglês), e distingui-la de casos similares de declínio mental que são causados por outros fatores, como problemas vasculares, depressão crônica, abuso de álcool e efeitos colaterais de certas drogas, segundo informou o site da universidade (8/6). De acordo com o Portal R7 (21/6), que repercutiu a notícia, foram recolhidas amostras de sangue de 236 participantes, incluindo 50 que tinham sido diagnosticados com MCI, 50 com doença leve a moderada de Alzheimer, 50 pessoas saudáveis, e o restante tinha sido diagnosticado com doença leve a moderada de Parkinson, uma fase precoce de Parkinson, esclerose múltipla ou câncer de mama. Os pesquisadores acreditam que essa é a primeira análise de sangue utilizando biomarcadores de auto-anticorpos que podem detectar com precisão a doença de Alzheimer em um ponto mais cedo no decurso da doença, quando os tratamentos são mais suscetíveis a serem benéficos — isto é, antes que uma devastação muito grande do cérebro

ocorra, registrou o Portal. Embora reconheça o avanço científico, a neurologista Terce Liana Menezes, coordenadora do ambulatório de Neurologia Cognitiva e Comportamental do HC/UFPPE, alerta que os resultados ainda são precoces. “É um teste de marcador sanguíneo e ainda há muito que pesquisar antes de ocorrer a incorporação na prática clínica”, explica. Em entrevista à *Radis*, a médica salientou que o teste precisa ser replicado em um número maior de pessoas e em vários países para que se possa estabelecer qual o ponto de corte da normalidade dos exames. Embora garanta que há forte interesse por parte da comunidade científica e da população para que sejam dadas respostas sobre as causas da doença, ela entende que é preciso diminuir a expectativa diante de resultados iniciais de pesquisa. “A comunidade científica e a população querem respostas para a doença. Mas temos que ter cautela, pois há muitas questões éticas envolvidas nesses estudos”, assegura. Ela pondera que há questões que não podem ser deixadas de lado, como noticiar o diagnóstico em uma fase que a pessoa não tem sintoma ou que repercussões o resultado terá em sua vida. “E se o diagnóstico não se confirmar? Ou se o diagnóstico se confirmar ainda sem perspectiva de cura? Devemos também pensar sobre essas abordagens”, ressalta.

## SAÚDE EM NÚMEROS

### 11 TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL

perderam a vida e 3 foram vítimas de acidentes graves no Rio de Janeiro, desde que começaram as obras dos Jogos Olímpicos, informou o Centro de Estudos em Saúde do Trabalhador (Cesteh/ENSP/Fiocruz), que organizou uma homenagem aos profissionais, no Rio de Janeiro (28/7)

### 30 MILHÕES DE MORTES

já foram causadas pela aids; cerca de 36,7 milhões de pessoas vivem com HIV no mundo — mas apenas 17 milhões recebem tratamento. O Brasil registrou 830 mil casos em 2015. Os dados foram divulgados durante a 21ª Conferência Mundial sobre Aids, em Durban, na África do Sul (18 a 22/7)

### 3 DE SETEMBRO

acontece, em São Paulo, o 6º Encontro Nacional da Associação Brasileira dos Portadores de Charcot-Marie-Tooth (ABCMT), neuropatia periférica hereditária que afeta aproximadamente uma em cada 2500 pessoas no mundo. As inscrições podem ser feitas em [www.abcmt.org.br](http://www.abcmt.org.br)

### 1,45 MILHÃO DE MORTES

De mortes decorrentes de hepatites virais são registradas anualmente no mundo. A doença mata mais por ano do que aids, tuberculose e malária, alertou a Organização Mundial da Saúde (OMS), convocando todos os países a reforçarem pesquisa e o acesso ao diagnóstico e aos tratamentos. O anúncio foi feito na semana do Dia Mundial sobre a Hepatite (28/7)

## Agrotóxicos contra aedes são um risco

O presidente interino Michel Temer sancionou (27/6) a lei 13.301/2016, com medidas de vigilância contra o *Aedes aegypti*, vetor da dengue, zika e chikungunya. Um dos artigos da lei define como forma de controle do mosquito a pulverização aérea de agrotóxicos em regiões urbanas. O artigo sancionado foi criticado pelas principais organizações de saúde do país. Em nota, o próprio Ministério da Saúde se manifestou contra a decisão, onde afirma que mesmo em situação emergencial, os riscos associados à exposição aos agrotóxicos, a potencial contaminação dos corpos hídricos, alimentos e o desequilíbrio ecológico causado pelo inseticida e o predomínio de fêmeas adultas no interior dos domicílios fazem com que a adoção dessa técnica não se justifique.

O pesquisador da Fiocruz Luiz Cláudio Meirelles, entrevistado sobre o assunto pela revista *Época* (30/06), classificou a medida como “absurda e ineficaz” e com potencial para trazer riscos para a população. “Quem fez a proposta foi o sindicato da aviação agrícola. Não é quem tradicionalmente pensa a saúde no país. E essa proposta surge num momento em que a União Europeia discute proibir a pulverização para fins até mesmo agrícolas”, declarou.

Instituições e organizações não governamentais se posicionaram contrárias e atribuem a sanção da lei a interesses do mercado. “Quem está pressionando para que a legislação seja aprovada? Não são os órgãos públicos e instituições de saúde, que deveriam ser os principais consultados. Eles se colocaram contrários a essa legislação”, disse o presidente da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) Gastão Wagner de Souza Campos, na matéria publicada pela *Época*. Segundo o pesquisador Marcelo Firpo, também da Abrasco, a regra sancionada é “inconstitucional e ilegal”, porque contraria legislação já existente sobre pulverização em áreas de circulação humana. Em nota divulgada em abril, a associação afirma que a medida “tem potencial de causar graves doenças nos seres humanos, extinção de espécies e perdas econômicas”.

O site de notícias Saúde Popular (15/7) chamou a atenção para o problema do envenenamento pelo uso de agrotóxicos. Crianças e adolescentes até 14 anos somam 40% das vítimas — inclusive vítimas fatais — da contaminação por pesticidas no Brasil, como mostrou uma pesquisa da Universidade de São Paulo que fará parte do estudo Geografia do Uso dos Agrotóxicos no Brasil, a ser divulgado ainda em 2016.

## Zika: transmissão por pernilongo muda paradigma de controle

A descoberta de que o mosquito *Culex quinquefasciatus* (a popular muriçoca ou pernilongo doméstico) também pode transmitir a zika “muda o paradigma” de controle da doença, comentou a pesquisadora da Fiocruz Pernambuco Constância Ayres, em entrevista exclusiva à *Radis*, logo após a coletiva de imprensa em que apresentou o resultado inédito. O achado de Constância e sua equipe aponta pela primeira vez o *Culex* — cuja população é 20 vezes maior que a de *Aedes* — como potencial vetor do vírus causador da zika, hipótese que não havia sido comprovada na literatura científica. Os resultados preliminares da pesquisa de campo identificaram a presença de *Culex quinquefasciatus* infectados naturalmente pelo vírus zika em três dos 80 pools\* (*grupos*) de mosquitos capturados na Região Metropolitana do Recife. Na etapa de laboratório, mosquitos foram alimentados com uma mistura de sangue e vírus. A partir do terceiro dia após a alimentação artificial, foi possível detectar a presença do vírus nas glândulas salivares, com carga viral similar à do *Aedes aegypti*.

“Pela primeira vez se completou um ciclo de evidências que demonstram outro vetor da zika além do *Aedes*. Novas pesquisas devem identificar qual é o peso dessa espécie na disseminação da doença e apontar outras formas de controle dos vetores”, analisou o presidente da Fiocruz, Paulo Gadelha. O Ministério da Saúde afirmou, em nota, que o *Aedes* continua sendo considerado o principal vetor na transmissão da doença e, por isso, as medidas de prevenção permanecem as mesmas.



A pesquisadora Constância Ayres, da Fiocruz Pernambuco

FOTO: EDUARDO DE OLIVEIRA

### Como se chegou a essa linha de investigação?

No padrão de transmissão da zika no Brasil, chamou atenção o grande número de casos em tão pouco tempo. A pergunta era: será que somente o *Aedes aegypti* é responsável por todos os casos? Na literatura científica, identifiquei que a primeira área com transmissão de zika em ambiente urbano, na Micronésia, um conjunto de ilhas no Pacífico, o *Aedes aegypti* é extremamente raro. Logo, possivelmente outros vetores estariam transmitindo o vírus. Na Polinésia Francesa, segunda região com epidemia de zika em ambiente urbano, também não se conseguiu identificar mosquitos do *Aedes* positivos para zika. Mas o *Culex* é abundante nessas duas regiões.

### Qual a importância da descoberta?

Tínhamos uma doença com um vetor considerado exclusivo e, agora, estamos demonstrando que outra espécie

pode ter papel importante na transmissão. Isso deve contribuir para uma mudança de paradigma, dada a grande necessidade de se tomar medidas de controle também para essa espécie. No Recife, epicentro da transmissão de zika, o *Culex* ainda é sabidamente vetor da filariose.

### O *Culex* se encontra muito mais difundido no Brasil do que o *Aedes*. De que maneira poderia ser controlado?

A descoberta reforça a importância do saneamento básico, já que o *Culex* põe ovos em água extremamente poluída. Apesar de mais abundantes, os focos são mais fáceis de se identificar do que os do *Aedes*. O saneamento reduziria significativamente a densidade populacional desse vetor, com impacto na transmissão e no número de casos, mas não eliminaria. Mesmo em países altamente saneados, se encontra essa espécie.

## Mais tempo no trabalho, menos direitos

As reformas estão na mesa. Mudanças na legislação trabalhista, tributária e da previdência estão sendo discutidas por membros do governo do presidente interino Michel Temer, como apontam matérias recentes na imprensa. Em editorial publicado ainda em junho (12/6), *O Globo* defendeu que esse é o momento para se quebrar a rigidez das leis trabalhistas e permitir que patrões e empregados se entendam. A declaração do presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Andrade, deu o tom do que pretende o setor empresarial: como circulou pela imprensa e pelas redes sociais, ele advogou que a carga horária semanal de trabalho subisse para 80 horas. Para Robson são necessárias “mudanças duras” tanto na previdência quanto nos direitos trabalhistas, como noticiou a Agência Brasil (8/7).

Na visão do economista do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos socioeconômicos (Dieese), Frederico Melo, a fala do presidente da CNI é “quase uma caricatura”, mas se insere em um contexto em que diversas reformas trabalhistas têm sido aventadas pelo governo. “Essas mudanças se combinam para prejudicar a sustentação do sistema de proteção social”, afirmou à *Radis* [veja matéria sobre a previdência na página 25]. Segundo o economista, a combinação de mudanças previdenciárias e trabalhistas, como propõe o projeto do PMDB (“Uma ponte para o futuro”), não

ajuda a economia: ao contrário, pode prejudicar a arrecadação e exigir no futuro mudanças ainda maiores. Nas redes sociais, alguns internautas compararam a declaração do presidente da CNI com a “revogação da lei Áurea”, que pôs fim à escravidão em 1888: “A CNI pede que o presidente interino estale o chicote — mas apenas nas costas dos trabalhadores”, opinou Leonardo Sakamoto em seu blog (8/7).


O ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, declarou que o governo vai apresentar até o fim de 2016 um projeto de reforma para a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), destacou *O Globo* (7/7). A matéria não citou os impactos dessas mudanças para os direitos dos trabalhadores e se limitou a ouvir um dirigente do movimento sindical — da União Geral dos Trabalhadores (UGT), Ricardo Patah, que teria dito, segundo o jornal, ser possível um consenso entre centrais e governo para levar adiante o projeto de reforma.



REPRODUÇÃO

## Foro especial para militares é ‘licença para matar’

A Câmara dos Deputados aprovou em regime de urgência (6/7) um projeto que transfere para a Justiça Militar o julgamento de militares das Forças Armadas que matarem civis no Rio. A Ong Justiça Global considera o foro especial para militares como uma “licença para matar”. De acordo com o Projeto de lei 5.768/2016, será julgado por tribunal militar qualquer crime doloso praticado contra civil, por um militar no cumprimento de “atribuição que lhe for estabelecida pelo Presidente da República ou pelo Ministro de Estado da Defesa”. Nesse pacote, como publicou o site de notícias Rede Brasil Atual (8/7), se inclui a segurança da Olimpíada no Rio, tanto no enfrentamento a um ato terrorista como a distúrbios civis. Hoje, quando um militar comete um homicídio contra um civil, ele é julgado tanto pela justiça comum como pela militar. A nova lei, se aprovada pelo Senado, cria uma exceção válida até o dia 31 de dezembro deste ano.

A pesquisadora Lena Azevedo, da Justiça Global, ressaltou que esse tipo de “exceção” já foi aplicada à ocupação dos complexos de favelas cariocas da Maré e Alemão, pelo Exército em 2015, e teve como resultado a falta de transparência, a impunidade de militares acusados de homicídio doloso e processos arbitrários contra moradores das comunidades. Para ela, ao estender o foro especial até o fim do ano, como prevê a proposta, se despreza o princípio de garantia da Lei e da Ordem, descrito no próprio Código Penal Militar. “Esse processo vai trazer uma série de prejuízos à população, como já ocorreu no processo de pacificação no Alemão e na ocupação da Maré para a Copa do Mundo, que acabou durando um ano e meio. Serão 23 mil militares com salvo-conduto para matar, em seis a oito favelas que ficam no ‘trajeto olímpico’, entre aeroportos, principais vias e o Parque Olímpico”, declarou. 

## RADIS ADVERTE



ARTE: EDUARDO DE OLIVEIRA



## Ódio contra indígenas

Organizações indígenas entraram, em julho, com mais uma ação na Procuradoria Geral da República contra novas declarações racistas do deputado Luiz Carlos Heinze (PP/RS). Em maio, o parlamentar, em pronunciamento no Congresso, disse que trabalhava para “desmontar a farsa da questão indígena” realizando “gestões” junto ao Ministério da Justiça, incluindo mudanças na direção da Fundação Nacional do Índio (Funai). Lideranças defendem que o discurso de Heinze acirrou os ânimos numa região onde o conflito por terras passa por tensão permanente em Terras Indígenas onde os processos de demarcação ainda não foram concluídos. Em 2013, o movimento indígena já havia denunciado o deputado ao STF por ataques e insultos contra indígenas, quilombolas, negros e homossexuais.

FOTO: CCI/ENSP



▶ **A**o defender a criação de um plano de saúde mais popular, com custos menores, com o objetivo de “aliviar os gastos do governo com o financiamento do SUS”, o ministro Ricardo Barros declarou: “Sou ministro da Saúde, não sou só o ministro do SUS”. A reação à entrevista foi imediata. Na Ensp/Fiocruz, servidores, alunos e pesquisadores promoveram um protesto silencioso contra a declaração, onde posaram para fotos empunhando cartazes com as mensagens #SouMinistériodaSaúde #SouSUS. O ex-ministro Temporão foi mais enfático ao criticar as declarações, no artigo que publicou no *Globo* (12/6). Sob o título “Saúde aviltada”, o texto faz uma crítica contundente à atuação do governo interino: “Com esta proposta que caiu do Olimpo sobre nossas cabeças, revela-se a verdadeira essência do interinato em todo o seu esplendor: a negação da cidadania com a tentativa naturalizada de conspurcação da Constituição de 1988”.

## Jogo de empurra

O governador em exercício do Rio de Janeiro, Francisco Dornelles, sancionou lei que determina que pessoas feridas em acidentes de trânsito que tenham plano de saúde poderão ser encaminhadas, pelo Corpo de Bombeiros, para atendimento em hospitais particulares. A justificativa é “desafogar e minimizar a superlotação” das emergências. Especialistas da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca reagiram à medida, alegando que fere o princípio constitucional e o dever do Estado de assegurar uma assistência adequada, além de por em risco a qualidade do atendimento prestado à população. A Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) também lançou nota contrária à medida, afirmando que “Emergência em saúde não é jogo de empurra”. Veja a repercussão em <http://goo.gl/MaAB6K> e em <https://goo.gl/sZAYhj>.

## De olho na mídia

Já está no ar o site do Observatório Saúde na Mídia, uma iniciativa do Laboratório de Comunicação e Saúde (Laces/Icict/Fiocruz), espaço onde se publicam os resultados do monitoramento crítico de jornais e de pesquisas que abordam os modos pelos quais os meios de comunicação produzem sentidos sobre o SUS e sobre temas da saúde. O site apresenta também outros olhares sobre a comunicação e sua interface com a saúde e pretende contribuir para a luta pela democratização da comunicação. Acesso em: <http://saudenamidia.icict.fiocruz.br/>.

## Menos para elas

Em pleno século 21, as mulheres ainda têm que lutar para que tenham os mesmos direitos que os homens — inclusive nos esportes. Duvida? Em julho, a seleção brasileira de voleibol feminino conquistou seu 11º título do Grand Prix. A vitória e a comemoração entre as jogadoras arrefeceram quando elas descobriram que, ao contrário dos homens — que recebem US\$ 1 milhão (cerca de R\$ 3,3 milhões) na Liga Mundial — elas só levam US\$ 200 mil (cerca de R\$ 660 mil). “Isso é machismo!” disparou a central Thaíssa, eleita uma das melhores em quadra, na competição.



DIVULGAÇÃO / ANISTIA INTERNACIONAL

## Fora do jogo

“O Brasil repete graves erros na política de segurança pública e no uso da força policial, que se tornaram ainda mais explícitos em grandes eventos esportivos como a Copa do Mundo em 2014”, adverte a organização Anistia Internacional, que em junho lançou no Brasil a campanha “A violência não faz parte deste jogo”, onde denuncia que, desde que a cidade do Rio de Janeiro foi escolhida para sediar os Jogos, mais de 2.500 pessoas foram mortas pela polícia. Ainda segundo a Anistia, apenas em 2015, a polícia cometeu 1 em cada cinco homicídios registrados na capital. A campanha tem como base a publicação “A violência não faz parte desse jogo! Risco de violações de direitos humanos nas Olimpíadas Rio 2016”, que pode ser acessada no site da Anistia: <https://goo.gl/XHjkhZ>.





# CIDADES INV...

O QUE HÁ POR TRÁS DOS PROJETOS  
ATRELADOS AOS MEGAEVENTOS  
E COMO ISSO AFETA OS DIREITOS,  
A SAÚDE E A VIDA URBANA

**C**élio e Felipe vão vestir laranja no mês dos Jogos Olímpicos. Laranja é a cor dos garis. Maria de Lourdes, a Maria dos Camelôs, fechará a barraquinha de roupas femininas que mantém no Centro da Cidade nos três feriados municipais decretados pelo Prefeito — mas seu espírito olímpico não é mais o mesmo de quando torcia pelo Brasil com churrasco e roda de samba. Dona Irone, a mãe de Vitor Santiago, terá pouco tempo para ver os atletas disputando medalha pela TV. Ela agora se dedica integralmente aos cuidados do filho baleado pelo Exército quando voltava para casa, na favela Vila Pinheiro, no Rio de Janeiro. Rodrigo, o motorista da linha 804, que atravessa a zona oeste da capital fluminense, estará em trânsito, como sempre. O vigia Altair Antunes, que perdeu a casa durante a remoção da Vila Autódromo, achava que tinha o direito de ficar ali por "99 anos". Anda desacreditado do país da festa olímpica.

Desde que o sotaque carregado do membro do Comitê Olímpico Internacional (COI) anunciou o Rio de Janeiro como cidade-sede da Olimpíada de 2016, já se passaram sete anos. Antes, em 2007, a capital fluminense havia recebido os Jogos Panamericanos e, em 2014, viria a sediar a Copa do Mundo da Fifa. A sucessão de megaeventos gerou uma série de transformações no espaço urbano da cidade, deixando o Rio mais dividido. Às vésperas da abertura dos jogos, o muro que separa um conjunto de favelas da principal via de acesso ao Aeroporto Internacional ganhou adesivos coloridos. Autoridades dizem que as placas cumprem a função de isolar acusticamente o local e impedir o acesso dos moradores das comunidades próximas às vias expressas. Para os moradores, é maquiagem para turista ver.

Nesta reportagem, *Radis* discute o direito à cidade e o impacto dos grandes eventos no cotidiano de seus habitantes. Ouviu pesquisadores e especialistas, mas também conversou com esses heróis anônimos que contam a cidade do cartão-postal pelo avesso.







REPORTAGEM: ANA CLÁUDIA PERES  
ARTE: FELIPE PLAUSKA FOTOS: EDUARDO DE OLIVEIRA

### CIDADES PARA QUEM?

Millôr Fernandes, humorista, escritor e atleta nas horas vagas, costumava elogiar o frescobol como o mais democrático dos esportes, o único em que não há vencidos nem vencedores. No frescobol, para que o jogo funcione, é necessário cooperar com o parceiro. Ao lembrar dessa curiosidade durante uma aula pública no Centro do Rio de Janeiro, em março, o urbanista Carlos Vainer utilizou uma metáfora oportuna para um país às voltas com a realização de uma Olimpíada: nossas cidades estão cada vez menos tomadas pelo espírito colaborativo do frescobol. Para o professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (Ippur-UFRJ), o modelo de cidade evidenciado pelos megaeventos é competitivo.

De um lado dessa arena, está um projeto de cidade mais humana, destinada às pessoas, em que o interesse público fala mais alto e valores como a solidariedade ainda não viraram um clichê. Do outro, a cidade-espetáculo, voltada para os negócios, uma nova forma de regime urbano que funciona

sob a caneta do mercado e da economia. “Ao aproveitar os jogos como desculpa para transformar uma cidade, o que está em disputa é um novo projeto hegemônico”, disse Vainer. “E o modelo que resulta desse processo é segregador e excludente, só acelera as desigualdades”. Isso o estudioso chama de “cidade de exceção” — numa referência ao conceito de “estado de exceção”, caracterizado pela suspensão temporária de direitos e garantias constitucionais.

Na “cidade de exceção”, esclareceu, a ordem pública sucumbe a uma série de desvios dos padrões tradicionais. É o que acontece durante os preparativos para a realização de uma Copa ou de uma Olimpíada, quando se cria toda uma legislação específica para servir aos interesses do capital: regime diferenciado de contratação, isenção tributária para hotéis, leis que permitem que municípios se endividem com obras, exemplificou. No caso do Rio de Janeiro, para receber os Jogos Olímpicos de 2016, a cidade passou por transformações que modificaram o seu desenho urbano e afetaram profundamente a vida de seus habitantes.







## CÉLIO E FELIPE, OS GARIS

Quando menino, Célio Viana costumava escutar: “Se você não estudar, vai ser lixeiro”, ele conta. “Era como se fosse a pior das profissões”. Mas não para ele, que sempre ficava curioso com o grupo de homens de laranja que descia animado o Morro da Mangueira. Os homens responsáveis pela varredura sorriam. Deviam ter uma boa relação com os moradores da rua, ele pensava. Pareciam felizes. Decidiu: queria ser gari. Em 2002, foi aprovado em concurso da Companhia Municipal de Limpeza Urbana (Comlurb). Hoje, Célio tem orgulho e define a sua profissão como a de “um agente de saúde ambiental”. “É o gari que atua nas vias públicas impedindo que os lençóis freáticos fiquem contaminados ou que o lixo invada ruas e prolifere doenças. Fazemos um trabalho preventivo”, diz. Mas não imaginava que esse profissional sofresse tanta opressão, revela à Radis.

Em 2014, Célio foi um dos garis à frente da greve histórica que paralisou os serviços no Rio por oito dias. Entre as conquistas, um aumento de 37%, elevando o salário para R\$ 1.100, garantia de plano odontológico, participação nos resultados e direito a horas extras. Mas Célio foi demitido há pouco. Aos 51 anos, divorciado e com cinco filhos criados, juntou-se a outros companheiros que “sofreram retaliação” — nas suas palavras — mas também a muitos que permanecem na ativa. Fundaram o Círculo Laranja, um movimento que agora tem sede própria. A casa simpática abriu as portas no Cachambi em julho. É lá que os garis se reúnem para falar das questões da categoria, mas também para oficinas, debates, sessões de audiovisual. “O Círculo é atravessado pela cidade. Aqui nós discutimos a cidade que queremos: ecologicamente correta e que respeite as pessoas”, define.

Às vésperas da Olimpíada, ele apresentou o lugar à Radis, ao lado de Felipe de Oliveira — gari que trabalha de meia-noite às seis da manhã, na coleta de lixo do Leblon, na zona sul. “O gari tá em todas as partes. Sem o seu trabalho, a cidade para. Mas nos é negado o mínimo”, diz Felipe. Na calçada, um companheiro de laranja que por acaso cuidava da poda das árvores, foi convidado por Célio e Felipe a visitar o Círculo, que ele só conhecia de ouvir falar. Quem sabe Célio lhe diga o que falou à Radis: “O Rio continua lindo, mas precisa urgentemente mudar essa política que coloca as pessoas menos favorecidas na linha de fogo”.

### “DESCULPE OS TRANSTORNOS”

Ao tráfegar pela cidade, o morador se depara com um verdadeiro canteiro de obras — muitas delas inacabadas — que incluem desde a construção de instalações esportivas e reforma dos equipamentos até infraestrutura no campo da mobilidade: modernização e expansão do metrô, construção de corredores de ônibus e de sistemas de transporte urbano, obras viárias e reformas de aeroporto. Muito além dos transtornos temporários, a passagem do megaevento pela cidade deixa marcas dramáticas. O Comitê Popular da Copa e Olimpíadas — uma articulação de organizações populares e sindicais, pesquisadores e atingidos pelas obras dos megaeventos, que atua no Brasil desde 2010 — estima que, no Rio de Janeiro, por razões diretas ou indiretamente vinculadas às intervenções do Projeto Olímpico, pelo menos 4.120 famílias já foram removidas de suas comunidades e 2.486 permanecem ameaçadas de remoção.

“Nossas cidades passam por uma representação ideológica que encobre a realidade”. Foi o que disse a urbanista e professora da Universidade de São Paulo (USP), Ermínia Terezinha Menon Maricato, durante uma palestra realizada no final de junho, na Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp/Fiocruz) — no Rio, os meses que antecederam a Olimpíada foram tomados por palestras, seminários e atos públicos que discutiram os impactos dos megaeventos. Ermínia citou o exemplo do Porto Maravilha — projeto de requalificação da região portuária do Rio — como um emblema dessa cidade-espetáculo que nega a tragédia urbana varrendo para as margens da cidade tudo o que não cabe no mercado imobiliário.

De acordo com o Dossiê “Megaeventos e violações dos direitos humanos no Rio de Janeiro”, a região portuária, com cerca de 5 milhões de metros quadrados, abrigava vários prédios públicos da União, do estado e do município que estavam vazios e ociosos. Sem cumprir a sua função social, esses imóveis foram ocupados por populações sem-teto, removidas durante as obras de reestruturação da região. Para Ermínia, em função de um mercado imobiliário altamente especulativo, cada vez mais a população de vulneráveis vai sendo expulsa e, em muitos casos, passa a ocupar áreas ambientalmente frágeis. Foi o que aconteceu em São Paulo, cidade que também teve o seu traçado urbano alterado por conta da Copa do Mundo da Fifa, em 2014.

A urbanista sustenta que as cidades brasileiras vivem um progresso conservador, com saltos de modernidade que carregam o atraso, o machismo e o preconceito.



Ela apontou um mapa de São Paulo em que se pode ver a concentração de empregos em uma área central com uma enorme quantidade de habitações na periferia. “É um massacre passar cerca de duas horas e 40 minutos da sua vida, diariamente, no transporte”, indignou-se, acrescentando que trabalhador não “evapora” depois da jornada de trabalho. “Deveria haver um controle do uso e da ocupação do solo com sistema viário eficaz que te permitisse morar a 100 quilômetros do emprego e isso não ser um problema”.

Em entrevista à *Radis*, o pesquisador do Observatório das Metrópoles, Orlando Júnior, disse que nesse modelo de cidade mercantilizada em que os negócios falam mais alto que as pessoas, o resultado é uma cidade partida com espaços urbanos cada vez mais desiguais. “É uma irracionalidade promover o deslocamento das classes populares construindo periferias ou o que pode ser chamado de não-cidade”, argumentou (veja entrevista completa na página 16). Para Orlando, tudo se resume a uma questão de prioridades. “Independente de gostarmos ou não da derrubada da Perimetral, precisamos saber em que medida isso era prioridade para a cidade do Rio de Janeiro”, diz ele, referindo-se ao viaduto que veio abaixo como parte do Projeto Olímpico.

## MEGAEVENTOS

Para especialistas ouvidos por *Radis*, não há como discutir projetos de cidade sem levar em conta os megaeventos, cada vez mais frequentes em uma dimensão global. O sociólogo Fernando Maldonado, que escreve uma tese de doutorado sobre o assunto, disse que os megaeventos se caracterizam por atrair uma enorme quantidade de pessoas para as cidades-sede, mas principalmente pelas modificações que eles impõem a essas cidades. “Os megaeventos geram uma preocupação administrativa e de apresentação pública distinta de eventos que ocorrem em uma escala menor”, afirmou.

Em sua pesquisa, Fernando compara a Copa do Mundo realizada na África do Sul, em 2010, com a experiência brasileira de dois anos atrás. Ele considera aspectos como infraestrutura, habitação e trabalho informal. Em relação à cidade do Rio de Janeiro, Fernando aponta que a população mais vulnerável vai ficando cada vez mais pobre, com menores índices de desenvolvimento humano e com dificuldade de acesso a direitos básicos como saúde. “A Copa do Mundo e a Olimpíada são uma forte narrativa sociopolítica usada para justificar mudanças em nome de um projeto hegemônico de cidade”, disse, explicando que os megaeventos servem, portanto,

## MARIA DOS CAMELÔS

Ela está de licença-maternidade. No dia em que marcou com a equipe de *Radis*, Maria de Lourdes do Carmo — conhecida por todos como a Maria dos Camelôs — pegou um metrô na Tijuca, onde mora, para encontrar com a reportagem na “Cidade”, como muitos se referem à região central. É lá que mantém uma barraquinha de vestidos e lenços e camisetas e cachecóis. Levou junto a pequena Antonia, que nasceu em meio a luta da mãe para garantir mais segurança e espaço de trabalho para os ambulantes do Rio de Janeiro. Coordenadora do Movimento Unido dos Camelôs (Muca), criado há 13 anos, Maria diz que a principal bandeira do grupo é o fim da violência. “Guarda municipal existe para cuidar de patrimônio público, não para fazer repressão a camelô com cassetete e bala de borracha”, acredita. “Em vez de orientar quem trabalha na rua, a guarda causa tumulto”.

Muita coisa mudou desde que Maria trocou o trabalho de doméstica pelo de camelô, há 20 anos. Ela já não precisa mais correr da guarda como fazia antes de conquistar a sua autorização, mas acha que hoje há uma repressão maior e se preocupa com os antigos companheiros que perderam suas barracas. “Para onde foram essas pessoas?”, indaga, esboçando uma resposta. “Essa cidade que a prefeitura tá fazendo não é só para a Olimpíada. É um modelo onde a gente não cabe, o pobre não cabe”. Maria aponta para os arredores da avenida Rio Branco, por onde correm os vagões do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), recém-inaugurado. “Agora mesmo, estão querendo nos mudar de lugar. Já disseram que vão construir um *boulevard*, que vão querer isso muito bonito e que a gente não pode trabalhar aqui”.

Maria também reclama das vendas que, segundo ela, diminuíram em cerca de 70%. Mas não pensa em sair das ruas nem por um momento. Desde que ingressou no Muca, diz ter tomado consciência de todos os seus direitos. Já não consegue mais torcer na Copa do Mundo. Nem na Olimpíada. E não acredita que o alardeado legado olímpico traga qualquer benefício. “Só se for para as grandes empreiteiras”, diz. Ela vai continuar acordando às seis da manhã e voltando para casa às oito da noite. “Para tentar vender para quem chega e quem sai do trabalho”, conclui, antes de chamar a filha mais velha que lhe substitui na barraca enquanto dura a licença. Chegou mais um cliente e ela vai amamentar Antonia.





para o poder público efetivar determinadas transformações na cidade sob a desculpa da manutenção da ordem pública — algo que, sem eles, seria muito mais difícil de acontecer.

Recentemente, em entrevista à rede americana CBS Sports (28/6), o governador em exercício do Rio de Janeiro, Francisco Dornelles, admitiu que os Jogos Olímpicos podem ser um grande fracasso, alegando os problemas com a segurança do evento. Na mesma toada, em 14 de julho, depois de denúncias de corrupção e superfaturamento em obras, o prefeito Eduardo Paes declarou em entrevista ao jornal inglês *The Guardian* (14/7) que a “Olimpíada já é uma oportunidade perdida”, usando como desculpa a crise política e econômica do país: “Com todos esses escândalos, este não é o melhor momento para estar nos olhos do mundo”. Mas o prefeito continua sustentando os impactos positivos que as obras terão na cidade a longo prazo. “Nunca houve tanta transformação nesta cidade para as pessoas pobres”, afirmou. “Os Jogos Olímpicos são uma grande inspiração para que as coisas sejam feitas”.

### CIDADES REBELDES

Entre 8 e 11 de março, o Rio de Janeiro sediou o evento “Cidades rebeldes, espaços de esperança”, que contou com a participação do geógrafo britânico David Harvey, um dos grandes pensadores contemporâneos sobre o direito à

cidade, e de representantes de movimentos que apostam na ação coletiva para construção de um outro modelo de cidade. *Radis* acompanhou o evento. Na ocasião, Harvey foi categórico: “O Rio é uma grande cidade. Mas é uma cidade melhor sem os megaeventos do que com eles”. O estudioso comparou o exemplo carioca com o que aconteceu na cidade espanhola de Barcelona, durante os jogos de 1992 e cujo modelo inspirou o brasileiro. “Barcelona se tornou uma *commodity*. O custo de uma cidade-commodity é muito elevado. Os preços sobem e as pessoas comuns não podem viver no Centro da cidade. Elas não se beneficiam de nenhuma forma”.

Para Harvey, o direito à cidade emerge como uma pauta capaz de unificar os diversos movimentos sociais que lutam pelo direito a saúde, educação, moradia, passe-livre e por mais democracia. Para o professor e ativista de Direitos Humanos, Leonardo Cisneiros, o direito à cidade significa não apenas usufruir dessa cidade, mas também participar de sua construção. “A cidade é uma obra coletiva”, disse o integrante do Movimento Ocupa Estelita, que surgiu no Recife, em 2012, contra a privatização do cais José Estelita, uma área de 100 mil metros quadrados estrategicamente situada às margens do Rio Capibaribe. “Nossa desobediência, ao ocupar o terreno, fez com que o projeto das empreiteiras não fosse cumprido”, resumiu. “Precisamos lutar contra um certo analfabetismo urbanístico e deixar a cidade acontecer à revelia”.

## DONA IRONE E A VIOLÊNCIA

Ainda hoje Dona Irone Santiago sente arrepios quando o telefone de casa toca. Foi pelo telefone que ela recebeu a notícia de que o filho Vítor Santiago, de 29 anos, havia sido baleado. Era madrugada de 12 de fevereiro de 2015. Vítor teve a perna esquerda amputada e ficou paraplégico depois que o carro em que ele estava foi fuzilado por militares do Exército. Um ano e meio depois, ele guarda um otimismo impressionante; ela fez da luta por justiça sua razão de ser. “O que fizeram ao meu filho foi uma covardia imensa. Mas a luta nos fortalece. Isso agora está entranhado na minha pele e no meu sangue”, diz à *Radis*, em sua casa, na Vila Pinheiro, uma das 17 favelas que integram o Complexo da Maré no Rio.

Vítor estava prestes a concluir um curso de segurança do trabalho. Também era dançarino, havia integrado o Corpo de Baile da Maré. Dona Irone reconhece que a violência e a guerra entre facções são um problema do Estado a ser combatido com responsabilidade. “Mas da forma que age, o governo parece querer eliminar o povo pobre. A maioria de nós é trabalhadora”, disse. Recentemente, um relatório divulgado pela *Human Rights Watch* apontou que a polícia do estado do Rio matou quase duas pessoas por dia, em 2015.

Emocionada, dona Irone acrescenta que o muro que divide a zona sul da favela revela muitas diferenças. “A polícia que atua lá não invade o apartamento ou o condomínio, não tem uma chave mestra pra arrombar a sua casa”. Ela descreve o cotidiano da Vila Pinheiro durante a ocupação das “Forças de Pacificação” — quando, a pedido do governo do Rio, tropas do Exército e da Marinha estabeleceram-se nas favelas cariocas: “Tinha dias que eu contava até quatro tanques na rua. Você escutava sirene e barulho e uma musiquinha mandando a gente denunciar traficantes. Me sentia muito oprimida”.

Dona Irone está processando o Estado. Sua luta fez com que o caso de Vítor repercutisse e passasse a integrar o relatório da Anistia Internacional. A história também ganhou visibilidade com o vídeo produzido pela Justiça Global, advocação de direitos humanos (assista em <http://goo.gl/KZxC5N>). Mas foi preciso contratar um advogado particular para que o caso andasse na Justiça.

Nos documentos do Estado, não havia sequer registros de Vítor como vítima.

No dia em que a reportagem de *Radis* foi à casa de Dona Irone, a filha de Vítor brincava no quarto do pai. Da cama, assistindo ao noticiário, ele não se revolta. Mas também não se conforma com a lentidão e a injustiça — “com esse nada acontece”. Aos poucos começa a retomar sua vida. Vez em quando, faz um passeio com os amigos, mas precisa de pelo menos três deles para conduzir a cadeira de rodas na descida da escada íngreme. Vai acompanhar a Paraolimpíada, em setembro, fazendo planos para um dia, quem sabe, no futuro, voltar a praticar esportes.





## SAÚDE E MEGAEVENTOS

O processo acelerado de urbanização das cidades e as grandes intervenções urbanas provocadas pelos megaeventos também deixam marcas na saúde da população. Para o pesquisador da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) Rodrigo Machado Vilani, as grandes intervenções urbanas ainda privilegiam opções mercadológicas em detrimento da melhoria da qualidade de vida da população, provocando o adiamento de ações governamentais na área de saneamento, por exemplo. Ao se referir à Olimpíada do Rio, ele diz que o atraso nas obras de saneamento do Eixo Olímpico e mais um fracasso em relação à despoluição da Baía de Guanabara prejudicam qualquer discurso que se proponha otimista em relação a um legado para saúde e meio ambiente.

Rodrigo lembra ainda o descaso com o meio ambiente, ao citar a construção de um campo de golfe dentro de uma Área de Proteção Ambiental (APA), no Parque Natural Municipal de Marapendi. “Estas situações reforçam a ideia de que as intervenções possuíram uma clara orientação mercadológica e, fora dessa lógica, aspectos como saúde e meio ambiente foram relegados

a segundo plano”, disse. Para superar a lacuna entre o planejamento do ambiente urbano e a melhoria das condições de saúde da população, Rodrigo considera que as decisões políticas não podem se dar fora de um modelo participativo e democrático. “Transparência e participação no processo, abertura ao diálogo com a sociedade e as instituições de ensino e pesquisa, substituição de cargos e opções políticas pela adoção de prevenção e precaução na definição das ações são opções favoráveis para retirar o planejamento público do obscurantismo em que se encontra”.

Para Orlando Júnior, para que a relação com os megaeventos se dê de forma diferente, é preciso negar o modelo imposto por instituições como Fifa e Coi. Do contrário, segundo ele, esse modelo vai promover processos de mercantilização e de difusão neoliberal em qualquer cidade que acolha esses megaeventos. “Para fazer diferente, é necessário adotar a transparência, ouvir as pessoas, discutir prioridades, utilizar os instrumentos de participação disponíveis”, argumentou. “Nós perdemos a oportunidade de fazer isso”. Mas ele ainda acredita na construção de uma cidade mais justa, colaborativa e democrática. Como no frescobol.

## SAIBA MAIS

**Revista Radis nº 129**  
<http://www6.ensp.fiocruz.br/radis/revista-radis/129>

**Revista Radis nº 141**  
<http://www6.ensp.fiocruz.br/radis/revista-radis/141>

**Portal Oficial dos Jogos Olímpicos**  
<http://www.brasil2016.gov.br/pt-br>

**Comitê Popular Rio Copa e Olimpíadas**  
<http://rio.portalpopulardaco-pa.org.br/>

**Dossiê: “Megaeventos e violações dos direitos humanos no Rio de Janeiro”**  
<https://goo.gl/83asfQ>

**Relatório: “Brazil: Extrajudicial Executions Undercut Rio Security”**  
<https://goo.gl/VrNbtK>

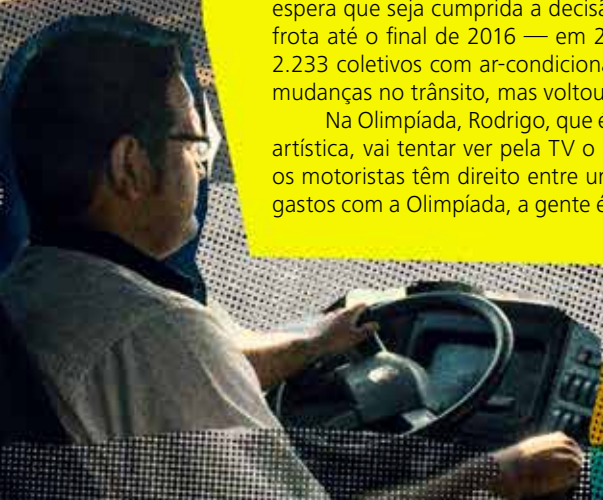
## RODRIGO E O TRÂNSITO

Pode-se dizer que Rodrigo de Jesus Guilhon passa a vida no trânsito. Motorista, ele conhece cada palmo do caminho da linha 804, que faz o trajeto Santa Cruz-Campo Grande, na zona oeste do Rio de Janeiro — uma das poucas que não sofreram mudança de itinerário com as alterações no sistema viário da cidade. Mas, atento, ele diz que os passageiros têm reclamado mais do transporte público. “Muita gente pegava apenas uma condução para chegar ao destino e agora tem de pegar duas. Isso é incômodo”. As muitas obras na cidade também vêm deixando o trânsito confuso e o tempo de travessia mais longo. Não raro, Rodrigo extrapola os 50 minutos estimados para seu percurso, chegando a gastar 20 minutos a mais.

“Motorista de ônibus não tem hora pra largar o trabalho”, diz ele, que todos os dias chega ao Largo do Arão, às 13h45, para uma longa jornada que às vezes só acaba às 23 horas. No transporte coletivo do Rio, a função do cobrador vem sendo substituída pelas vezes catracas eletrônicas, mas como muitos passageiros ainda não possuem o bilhete eletrônico, cabe ao motorista mais de um papel. “A gente dirige, cobra, dá troco, tem de estar atento à porta. Os passageiros ficam indignados. É estressante. E eu lamento que isso também tenha gerado desemprego”, conta Rodrigo que já foi treinado para exercer a dupla-função quando decidiu trocar a rotina de auxiliar administrativo pela de motorista, há três anos — “porque queria melhorar o orçamento doméstico”.

Hoje, Rodrigo divide a casa e as despesas com o companheiro, com quem vive há cinco anos. Ganha cerca de dois salários mínimos e nunca se arrepende da mudança de profissão. Nem mesmo quando tem que enfrentar o calor de mais de 40 graus do verão carioca a bordo de ônibus sem ar-condicionado. Mas espera que seja cumprida a decisão da Justiça que obriga o prefeito Eduardo Paes a refrigerar 100% da frota até o final de 2016 — em 2014, a prefeitura havia assumido o compromisso de colocar nas ruas 2.233 coletivos com ar-condicionado para compensar a população pela derrubada da Perimetral e das mudanças no trânsito, mas voltou atrás e publicou decreto reduzindo a meta para apenas 70%.

Na Olimpíada, Rodrigo, que é torcedor de vôlei de praia e fã das provas de ciclismo, triatlo e ginástica artística, vai tentar ver pela TV o que for possível. Nem que seja nos intervalos de cinco minutos a que os motoristas têm direito entre uma viagem e outra. “Apesar de toda essa demora com as obras e dos gastos com a Olimpíada, a gente é brasileiro e não desiste nunca. Vamos torcer pelas medalhas”, conclui.



PARADON

SAIDA 9A ↓



# A CIDADE TEM QUE SATISFAZER AS PESSOAS

Às vésperas dos Jogos Olímpicos de 2016, *Radis* conversou com o professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (Ippur/UFRJ) e pesquisador do Observatório das Metrópoles, Orlando dos Santos Júnior. A entrevista sobre o direito à cidade aconteceu em meio ao trânsito caótico e ao vai e vem corriqueiro das ruas do Catete, bairro histórico do Rio de Janeiro. Enquanto analisa o impacto dos megaeventos no Brasil, Orlando Júnior critica o projeto de cidade excludente e desigual que privilegia os negócios e a lógica do mercado em detrimento das pessoas. Para ele, é preciso reinventar as cidades.

## A urbanista Raquel Rolnik disse certa vez que, no Brasil, o grande problema não é o déficit de moradia, mas o déficit de cidade. Como chegamos a isso?

Esse déficit de cidade é reflexo da enorme concentração fundiária que marca a história do Brasil. Nas grandes cidades, o número de habitações vazias é muito próximo do número de pessoas sem teto. Então, pode-se dizer que a questão urbana brasileira não é expressa adequadamente pela ideia do déficit habitacional, mas sim pelo déficit de cidade, compreendendo aí o direito das pessoas de viver dignamente nas cidades, de participar dos benefícios decorrentes da urbanização e de ter seus direitos sociais, civis, políticos respeitados e exercidos plenamente. Nesse sentido, é que a gente pode dizer que há no Brasil um déficit de cidade que expressa essa história de construção das cidades fundada num modelo segregador, onde as elites não aceitavam e não aceitam até hoje, infelizmente, a partilha, a convivência no mesmo espaço com as classes populares. Nosso modelo de urbanização é fundado na negação do outro, na negação da convivência. Ao outro, aquele que não é reflexo dessa classe social das elites, é reservado o não-espaço, o espaço distante, a periferia, a não-cidade. Esse é o modelo de cidade que marca o Brasil.

## Que outro modelo de cidade é possível?

Uma cidade para as pessoas e não para os negócios. Uma cidade desmercantilizada é uma cidade em que todos e todas tenham direito à saúde, educação, habitação, saneamento, meio ambiente, transporte, mobilidade, lazer, trabalho, cultura, tudo o que é necessário pra se viver dignamente. Quer dizer, uma cidade não pode estar subordinada aos negócios, não pode estar subordinada ao lucro, às grandes empresas, às grandes corporações, ao mercado imobiliário. A cidade não pode ser da Carvalho Hosken ou da Odebrecht [*construtoras que integram o consórcio responsável pela obra da Vila Olímpica, no Rio de Janeiro, entre outros empreendimentos*]. Tem que ser das pessoas, tem que satisfazer as pessoas.

## Como democratizar as cidades?

Uma cidade radicalmente democrática é uma cidade que, em primeiro lugar, busca atender os direitos das pessoas que nela vivem. É para isso que a cidade existe. Em segundo lugar, a cidade é o lugar da diversidade e portanto da heterogeneidade e não da homogeneidade, da segregação, da intolerância. Isso se reflete nos espaços públicos hoje altamente controlados, nos condomínios fechados... Isso se reflete





no Maracanã – quando você líquida com a geral e cria os espaços *VIPs*. A própria arquitetura da cidade vai negando a tolerância, a convivência, quando a cidade deve existir exatamente para afirmar a diferença. É você sair de casa sem saber com quem vai cruzar na rua. Mas aí, se quer controlar isso, você vai ao shopping center pra ver os da sua mesma classe, os da sua mesma cor, os brancos e ricos que têm o mesmo padrão de consumo que o seu. Esse é um tipo de cidade que se nega a si mesma, que se nega como cidade e que está sempre sob o barril da violência. Porque a intolerância gera violência e a incapacidade do ser humano de conviver com o outro. Isso é muito grave. Então, ao contrário dessa cidade fortificada, policiada pelo Exército, com câmeras, que cria uma paz fundada na guerra e que na verdade é uma falsa paz, é preciso construir outros valores. E isso a gente quer expressar no direito à cidade.

#### **O que significa exatamente o direito à cidade?**

Significa ter acesso não apenas à habitação, saneamento, água, lazer, cultura, transporte, trabalho, mas também ter o direito de reinventar a cidade. Significa o direito de participar nas decisões coletivas da cidade. É este o princípio que está na base do ideário do direito à cidade: que as definições relativas à cidade devem ser tomadas pelos cidadãos e cidadãs.

#### **Para não parecer que estamos falando de uma cidade utópica, queria saber quais os atalhos para a construção dessa cidade ou o quão distante estamos dela?**

Primeiro, eu acredito, muito inspirado no filósofo [Henri] Lefebvre, que essas práticas estão no interior dessa cidade. Isso que a gente tá falando como utopia já está aqui, nesta cidade, nos interstícios desta cidade. Nas ocupações, na periferia, em diversas experiências

desenvolvidas, em vários processos de ocupação de ruas, de escolas, de postos de saúde, de casas vazias, de praças, enfim. Estão aqui, basta reconhecê-las: está nos estudantes, quando ocupam as escolas ou nos sem-teto, quando ocupam moradias vazias que estão servindo para especulação imobiliária. Eu vejo sinais dessa nova cidade, dessa outra cidade, aqui, agora. Não é utopia. Claro que essas múltiplas práticas são a semente de esperança de que a gente pode ter uma cidade diferente, mais completa, total, no futuro. Mas ela começa agora.

#### **Os megaeventos são usados, muitas vezes, como uma desculpa para promover a recuperação de uma cidade. Quais os resultados desse processo?**

Entender o impacto dos megaeventos no Brasil é bastante complexo. Vou tomar como exemplo o Rio de Janeiro mas isso é um pouco o que aconteceu nas grandes cidades brasileiras. O que a gente percebe é que os megaeventos esportivos servem como um veículo de mercantilização de certos territórios da cidade do Rio e difundem um modelo de governança que nós podemos chamar de neoliberal no sentido de que subordina a governança da cidade à lógica do mercado e, por exemplo, difunde as parcerias público-privadas como base desse modelo. Então, a lógica de gestão dos serviços de certos espaços das cidades passa a estar subordinada à lógica do mercado: é preciso que dê lucro, é preciso que os serviços públicos deem lucro para as empresas. O resultado desse processo é uma cidade mais desigual do ponto de vista socioespacial. Se a Olimpíada tem um impacto relevante para a cidade do ponto de vista da sua configuração urbana, eu diria que é exatamente este: tornar a cidade mais desigual com as irracionalidades ou perversidades que esse processo implica. A Olimpíada no Rio legitima esse projeto de cidade desigual e excludente.

#### **Por onde passaram no Brasil, esses megaeventos geraram também uma onda de protestos e movimentos de contestação amplificando o debate sobre projetos de cidades. Que alternativa de cidade pode sair dessa arena?**

A promoção desse novo ciclo de mercantilização da cidade, ou desse projeto de modernização neoliberal que vem sendo implementado, suscita muitas contradições e envolve muitos conflitos sociais. Isso está na base das ações dos movimentos de contestações desses projetos e de politização desse momento que estamos vivendo. Eu diria que esse é o lado que permite vislumbrar esperança. Nesse jogo, os atores não são apenas as empreiteiras, a prefeitura municipal, os bancos, os credores, o Comitê Olímpico Internacional (COI), a Federação Internacional de Futebol (Fifa) e os que se beneficiam desses megaeventos. Tem o povo, a população, os garís, os ambulantes, os estudantes, o movimento social, o movimento de habitação, tem um conjunto de agentes que está se organizando, se mobilizando, contestando. Eu acho que, nesse sentido, a Olimpíada emerge como uma oportunidade de politização do debate em torno da cidade. Mas, mais do que isso, o processo de politização permite a superação das agendas pontuais de cada um dos movimentos – quer dizer, agenda da segurança, da juventude, do movimento negro, das mulheres, dos ambulantes, das prostitutas, do movimento de moradia, do movimento de transporte, da mobilidade, do saneamento, dos ambientalistas – e passa-se a construir uma pauta centrada no direito à cidade. A Olimpíada vai passar, esse projeto de cidade excludente, não. Então, o desafio é que essa semente de articulação e de superação das agendas pontuais floresça efetivamente e consiga constituir um movimento em torno do direito à cidade, de uma cidade colaborativa, democrática e justa. (A.C.P.)





# RESISTÊNCIA A TODA PROVA

Liseane Morosini

A terra de chão batido deu lugar às casas ocupadas por moradores da Vila Autódromo, zona oeste do Rio de Janeiro. Ali moravam cerca de 700 famílias em casas situadas na faixa entre o muro do Autódromo Internacional Nelson Piquet e a Lagoa de Jacarepaguá. O tempo trouxe a padaria, um pequeno comércio, oficina mecânica e botecos. Uma praça era o ponto de encontro das crianças. Mas quem hoje anda por lá, se depara com o vazio. Quase nada resta da comunidade que se tornou o símbolo da resistência contra a remoção forçada, realizada pela prefeitura sob o argumento de viabilizar acessos ao vizinho Parque Olímpico, e preservar as áreas ambientais no entorno da lagoa.

Para essa comunidade, desde sempre o futuro esteve ameaçado. Começou com o avanço do mercado imobiliário sobre a Barra da Tijuca, também na zona oeste, na década de 1990; depois vieram alegações de que as pessoas estariam em área de risco, que causavam dano ambiental. Nada disso retirou os moradores, que lutavam pelo direito de permanecer, já que possuíam o título de Concessão de Direito Real de Uso, do Governo do Estado. Em 2009, o Rio foi eleito cidade-sede dos Jogos de 2016 e a comunidade não cabia no figurino. A partir de 2014, casas começaram a ser destruídas de forma arbitrária e seus moradores receberam algum tipo de reparação. Quem saiu deu adeus, quem ficou sofreu pressões, ameaças, enfrentou o corte frequente de serviços públicos. Sem as casas, a prefeitura aterrou a beira da lagoa ampliando o Parque Olímpico. Após os Jogos, ali vão surgir edifícios residenciais e comerciais, destinados a famílias mais abastadas que os moradores que deram vida ao lugar.

Em 2013, *Radis* registrou a luta dos moradores (edição 129) e conversou com Altair Antunes, presidente da Associação de Moradores. Em julho, retornou à comunidade para conferir o que aconteceu. A aridez toma conta de tudo. O autódromo sumiu, bem como a casa que um dia fez a alegria de Altair e de sua família. Um lado da Vila virou asfalto. No outro, há caminhões, operários, poeira e obras. Quatro casas ainda estavam em pé, duas delas com moradores, mas a demolição batia em suas portas. Hoje, uma cerca divide o projeto olímpico da realidade que soterrou muitas histórias de vida. Frases escritas nos muros, como “A minha casa foi feita para morar e não negociar”

e “Nem todos têm um preço”, contornam o espaço e mostram a razão da luta travada.

Vinte famílias conseguiram ficar e serão reassentadas em casas construídas pela prefeitura. Durante as obras, decidiram esperar ali mesmo, em containers, pois tinham medo de não mais voltar. A família de Maria da Penha Macena, liderança que emergiu no calor das remoções, foi uma delas. Após a perda da casa, ficou instalada na igreja construída pelos moradores, em 2006, e que ainda guarda uma parte de seus pertences. “Essa era uma comunidade boa. Todos tinham uma história de território, de cidade. Hoje temos isso aí. A comunidade acabou”, lamenta. “Tiraram nosso comércio, botaram ordem de choque aqui dentro, descaracterizaram a comunidade. Eles acham que pobre não tem o direito de ficar”, analisa. Dona Penha diz que o projeto prevê ainda quadra, centro cultural, duas escolas e a sede da associação de moradores, que também foi ao chão. Ao olhar mais para longe e ver o asfalto que toma conta do Parque Olímpico, dona Penha sorri e afirma que “vai virar tudo condomínio de luxo”. “Vamos ter novos vizinhos”, ironiza.

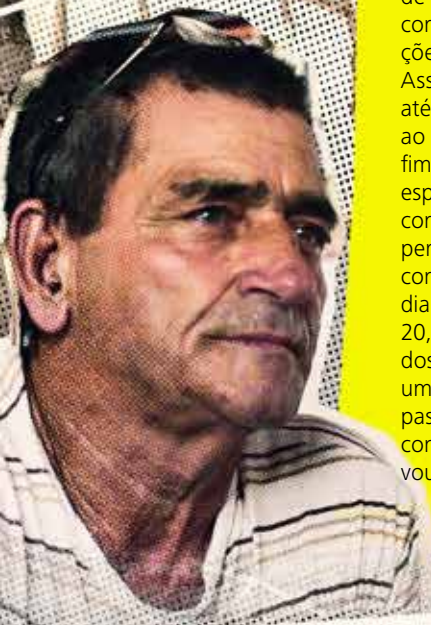
Para evitar as remoções, os moradores, assessorados por especialistas, criaram um projeto de reurbanização, que foi ignorado pela prefeitura. “Não houve acordo, apesar das promessas do prefeito Eduardo Paes de que manteria a comunidade”, diz a diarista. Em março de 2014, 150 famílias aceitaram ir para o conjunto habitacional Parque Carioca, a 1,5 quilômetro de distância. Se de um lado houve força, do outro houve resistência.

C I D A D A N I A



# ALTAIR E AS REMOÇÕES

**N**a manhã de 11 de fevereiro de 2016, Altair Antunes recebeu a notícia de que a casa em que morava seria derrubada. Três horas depois, quando chegou à Vila Autódromo, estava tudo no chão. “Levaram uns móveis para o depósito, mas ficou tudo danificado”, diz, ao falar da terceira remoção que enfrenta na vida. Aos 14 anos, saiu da Ilha das Caiçaras, na zona sul, para a Cidade de Deus, zona oeste, e de lá foi para a Vila Autódromo. “Quando eu cheguei à Vila Autódromo é como se tivesse chegado no céu. Tinha muito amor por lá”. Por conta de seu histórico de remoções, foi na Vila que Altair começou a militância pelo direito de morar. Há dez anos é presidente da Associação de Moradores e diz que a prefeitura derrubou a associação, mas não o CNPJ. “Lutamos até onde deu. Eles não podiam ter feito isso. A gente tinha o direito de ficar ali por 99 anos”, diz, ao falar sobre a Lei Complementar 74, que designou a área como especial interesse social para fim de moradia. “Entregaram tudo nas mãos das construtoras: 75% dessa área já está destinada à especulação imobiliária”, garante. Diabético e hipertenso, Altair não consegue entender o fim da comunidade. “Os juízes passaram a caneta por cima de tudo. Eles nem leram os documentos. Foi perverso demais. Essa Olimpíada foi um pretexto e eu não tenho mais como acreditar em um país como esse”. Para ele, houve uma investida covarde diante de pessoas fragilizadas e que se viram diante de indenizações muito altas. Mas acredita que não houve vitória. “Eu acho bom que ficaram 20, mas a vitória seria se a comunidade tivesse ficado”, considera. Hoje, Altair mora na Estrada dos Bandeirantes, também na zona oeste, com a mulher, Vânia, e a filha, Naomi, e trabalha em uma região próxima à Vila Autódromo; a casa que foi sua, durante 22 anos, foi soterrada por uma passarela construída para dar acesso ao Parque Olímpico. “O dinheiro não é tudo no mundo. O que conta é a trajetória, o vínculo que a gente forma, os vizinhos. E isso eu tenho em comunidade. Eu vou seguir e sobreviver com meu suor e trabalho. Sobreviverei nessa selva, como sempre sobrevivi”.




Em março de 2016, em uma das investidas de desocupação de uma moradia, dona Penha teve o nariz quebrado pela Guarda Municipal. “Quando viram que não iam nos derrubar, começaram a bater”, relata. A demolição da casa de dona Penha aconteceu no Dia Internacional da Mulher (8/3). Mal houve tempo de tirar os pertences. “Foi tudo muito rápido”, recorda. Nesse mesmo dia, ela foi homenageada na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj).

Antes de ir para a Vila Autódromo, a parai-bana Maria da Penha, que chegou ao Rio ainda pequena, morava na Rocinha, na zona sul da cidade. Veio junto com o marido Luiz Cláudio Silva, a sogra Agostinha, já falecida, e a filha Nathalia, e achou o seu chão. “Foi aqui que eu me enraizei e criei a minha história, estruturei a minha vida familiar e comunitária. Aqui você partilha tudo, alegria, tristeza, o pão. Para mim isso é viver bem. Essa é a vida da gente”, comenta. Educador físico, Luiz Cláudio mantinha um projeto comunitário de escola de futebol para crianças. Agora, há poucas crianças por lá.

Durante as remoções, os moradores, com apoio popular e de uma universidade, promoveram atividades de resistência por meio do “Ocupa Vila Autódromo”. Houve festivais, música e lançamento de livro. Em maio, foi inaugurado o Museu das Remoções. Feitas com materiais das casas demolidas, algumas das sete esculturas a céu aberto ainda resistem, como mostra Nathalia, estudante de Artes Cênicas. “O museu resgata a história da vila. A história de luta dessa comunidade”, conta.

Ainda estavam lá, ao lado da igreja, a instalação com a tocha olímpica feita com destroços, restos do parquinho, que havia sido revitalizado por moradores em novembro de 2015, e as homenagens à dona Penha e Heloísa Helena Berto, a ialorixá do candomblé Luizinha de Nanã, que foi hostilizada pelos agentes da Prefeitura por conta de sua prática religiosa. Luizinha mora agora em Guaratiba, perto da Vila Autódromo, onde tenta levantar a casa de Nanã.

A família de dona Penha recusou propostas pela sua casa. “Não me arrependo. Veja, felicidade não se vende e não se compra. Eu fico porque quero ser respeitada como cidadã dessa cidade”, assegura. Sobre a Vila, que não é mais a mesma, ela acha que nunca vai se acabar. E vê um outro sabor na nova casa. “Uma desenhei e construí; tinha uma história de partilhar. Essa vai ter o sabor de vitória, de uma cobrança que é o direito de ficar na sua terra”.

Dona Penha acredita que a história da Vila Autódromo ensina uma lição para as comunidades e países que recebem megaeventos esportivos. “Para ter moradia, a gente tem que lutar, brigar, apanhar. Mas esse é um direito de cada cidadão. E os governantes devem respeitar o direito de quem mora na favela. Eles estão lá para trabalhar pelo povo. Não fazem favor algum”, completa. Olhando para o que restou, dona Penha ainda mantém a fé. “Eu olho e ainda fico bem. Nós podemos mudar o nosso país. Ainda tem jeito”, diz, abrindo um sorriso para a nova vida que vai acontecer no mesmo lugar que escolheu para viver. 

O GOVERNO É UM INSTRUMENTO DAS EMPREITEIRAS

A CONVENCÇÃO DA JUSTIÇA COM OS DEPUTADOS DE ESTADO SÃO O ABUSO DO PODER E A CORRUPÇÃO

A MINHA CASA FOI FEITA PARA MORAR E NÃO NEGOCIAR!



VIVA A VILA AUTÓDROMO

RIO SEM REMOÇÕES



# O RISCO DA

Dono de 13 medalhas em Jogos Paralímpicos, o nadador Clodoaldo Silva vive uma rotina árdua de treinamentos antes de competir no Rio de Janeiro, em setembro





# SUPERAÇÃO

## Busca por resultados esconde ameaças à saúde dos atletas de alto rendimento

*Adriano De Lavor*

**E**sforço físico, dor e repetição; dedicação extrema, pressão psicológica, frustração. O cotidiano de um atleta de alto rendimento está longe de se resumir às glórias do lugar mais alto do pódio. O caminho entre a descoberta e o prazer da prática esportiva e a conquista de medalhas e troféus é para poucos e exige uma rotina exaustiva de treinamentos, lesões e tratamentos, que nem sempre garantem recompensa para quem nele se aventura. A carreira de um atleta é quase sempre curta, desgasta corpo e mente e, para a grande maioria, deixa de herança apenas lembranças e problemas de saúde. No mês que antecedeu os Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro, Radis conversou com atletas e profissionais de educação física para descobrir qual a repercussão de tamanha “entrega” para a saúde destes profissionais e como eles se protegem dos “efeitos colaterais” do mundo das competições e da cultura da superação.





Ao lado da parceira de vitórias Adriana Behar, Shelda Bedê (à direita) está no hall da fama do vôlei de praia, mas convive com dores crônicas mesmo depois da aposentadoria

A jogadora de vôlei de praia Shelda Bedê sabe muito bem quanto custou para o seu corpo ser heptacampeã mundial e duas vezes vice-campeã olímpica. Se por um lado o saldo de títulos garantiu a inclusão de seu nome no hall da fama da modalidade, nos Estados Unidos, em 2010, as horas, dias e anos de treinamentos e competições em quadras de areia deixaram o débito de lesões nos joelhos, ombros, nas costas e no cotovelo. “Convivo com as dores normalmente, mas não consigo mais jogar”, contou a atleta à *Radis*. Aos 43 anos, 18 deles dedicados ao esporte profissional, ela lembrou que, nos últimos anos, mesmo com a carreira consolidada, ela treinava seis, sete horas diárias, sem contar o tempo das sessões de alongamento e fisioterapia. “Minha vida foi dedicada ao vôlei”, definiu a ex-atleta, que nas Olimpíadas do Rio vai atuar como comentarista de televisão.

Dois meses antes de entrar nas piscinas dos Jogos Paralímpicos, o nadador Clodoaldo Silva, 37 anos — que já anunciou sua aposentadoria, após a competição — ainda vivia a pressão dirigida aos campeões quando conversou com a *Radis*, em julho. Dono de 13 medalhas, o “Tubarão das Águas” (como é conhecido), esperança de ouro nas cinco modalidades que disputará, seguia uma rotina diária de treinamento que começava às 7 e meia da manhã e só terminava às 6 da tarde, seis dias na semana. Na cidade paulista de São Caetano do Sul, ele aproveitava a estrutura do centro especializado de treinamento paraolímpico, longe da família que vive no Rio de Janeiro, mas bem próximo de uma equipe de profissionais que inclui técnicos, nutricionistas, biomecânicos, fisioterapeutas, massoterapeutas e médicos. A preocupação não é em vão, disse Clodoaldo, que começou a nadar para melhorar sua qualidade de vida e hoje tem duas hérnias de disco diagnosticadas, graças ao esforço nas piscinas. Ele lembrou ainda que quase ficou de fora dos jogos de Londres, em 2012, por conta de uma lesão no ombro. “Tinha chances de medalha, mas não rolou”.

A pressão também é grande entre aqueles que vão estreiar em Olimpíadas. Caso de Diogo Hubner, que no começo de julho comemorou sua convocação para a seleção brasileira de handebol. “Estou muito feliz! Olhar para trás e ver tudo o que passamos é fantástico. Mas queremos mais. Queremos melhorar a colocação do Brasil em Olimpíadas e fazer história”, declarou naquele momento, nas redes sociais. Ele relembrou das dores e dos momentos em que abdicou da vida em família em função do esporte e contou o que faz, dentro e fora das quadras, para proteger sua saúde e

melhorar seu desempenho. Aos 33 anos, ele já se submeteu a duas cirurgias no ombro direito, uma no esquerdo, e mais duas no joelho esquerdo. “Foi um momento muito difícil da minha carreira, não sabia se seria possível voltar a jogar, mas deu tudo certo”, declarou, ao se referir à intervenção no ombro direito.

Também estreante, o judoca Rafael Buzacarini é outro que não descuida da preparação nutricional, psicológica e mental no período que antecede as competições. O lutador, de 24 anos, relatou não ter registrado lesões muito graves em sua trajetória, com exceção de uma luxação patelar, que o obrigou a operar o joelho esquerdo e o deixou quatro meses fora do tatame. “O corpo precisa estar forte e preparado para qualquer pressão nas competições”, opinou, revelando que ficar longe da família e enfrentar muitas reprovações ao longo da carreira foram os maiores sacrifícios que enfrentou para conquistar a tão sonhada vaga de competidor olímpico.

## EQUILÍBRIO EMOCIONAL

Cuidados com a saúde são, na verdade, mais uma das inúmeras obrigações a serem cumpridas pelos profissionais do esporte, sejam estreantes ou experientes. Que o diga Felipe Claro, desde 2001 integrante da seleção brasileira de rugby. Aos 30 anos, 19 deles dedicados ao esporte, ele abriu mão da faculdade de publicidade e propaganda, enfrentou duas cirurgias no joelho e, em 2015, enquanto se preparava para os jogos do Rio, voltou a jogar apenas 59 dias depois de operar o tendão do bíceps. Para se proteger, investe em alimentação saudável, suplementação e complexos vitamínicos “para manter a imunidade sempre alta”. A nadadora Joanna Maranhão, medalhista em oito edições dos Jogos Pan-Americanos, destaca outro aspecto, pouco visível, mas não menos importante na preparação de um atleta: equilíbrio emocional. “A maturidade me deu longevidade na carreira. Você percebe os valores de suas escolhas, seus limites e como superá-los”, ensina a atleta, às vésperas de disputar sua quarta olimpíada. Ela disse não ter sofrido grandes lesões físicas ao longo de sua carreira, mas não esconde ter tido episódios de depressão e crises de pânico, hoje controladas “graças a terapia, medicamento e opções saudáveis”.

Aos 29 anos, Joanna tem um perfil diferente da maioria dos atletas de alto rendimento. Apesar da dedicação extrema e dos bons resultados obtidos, ela não esconde suas preferências políticas e se posiciona publicamente sobre temas



polêmicos, como assédio sexual e pedofilia, redução da maioridade penal e casamento entre homossexuais. Em 2008, revelou ter sido molestada sexualmente pelo treinador, quando criança. Seu depoimento influenciou para que a Câmara dos Deputados aprovasse a Lei 12.650/2012, batizada de Lei Joanna Maranhão, que altera o Código Penal para que a contagem do prazo de prescrição nos crimes contra dignidade sexual praticados contra crianças e adolescentes comece a ser calculada a partir da data em que a vítima completar 18 anos de idade. Tamanha exposição não diminui o rendimento? Segundo ela, as questões pessoais não interferem em sua performance — o que não impede que, vez ou outra, ela seja repreendida por seu técnico, por estar mais “estressada”. “Não consigo ficar alheia a tudo e pensar somente em mim, na minha performance. Sou um ser humano complexo”, justifica.

## TRABALHADORES DO ESPORTE

São poucos os atletas que, como Joanna, expõem, publicamente, suas discordâncias com a lógica de desafio e superação imposta pelas competições de alto nível. Como estrelas do espetáculo, estes profissionais “fazem parte de uma estrutura de trabalho altamente injusta na qual o exultante sucesso econômico de uma elite minoritária mascara a situação de trabalho desfavorável da vasta maioria dos desportistas”, descrevem Edgard Matiello Júnior, Paulo Capela e Jaime Breilh, na apresentação do livro *Ensaio alternativo latino-americanos de educação física, esportes e saúde*, que organizaram em 2010. Na obra, eles criticam a lógica do esporte — onde “o importante mesmo é exigir rendimento desumano e superar os limites de realização de negócios multimilionários de empresas de capital transnacional” — e apontam para a repercussão desta visão na vida dos atletas, afetando sua saúde física e mental.

À Radis, Edgard Matiello Junior, que é doutor em Educação Física pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), avaliou que os atletas também são produtos. Em sua opinião, estes “trabalhadores do esporte” têm o direito de saber que estão praticando uma atividade profissional insalubre, assim como de se opor a praticar atividades nocivas a sua saúde. Ele citou como exemplo a experiência de jogadores

de futebol brasileiros que são obrigados a participar da Copa Libertadores da América em países situados em regiões de altitude elevadas. “São situações obviamente destrutivas e o jogador não pode se negar a participar, ainda que fique sem fôlego, que desmaie dentro do campo ou precise de tubos de oxigênio”, assinalou, lembrando que o sujeito coloca sua vida em risco em nome da superação. Nestes casos — em que o esporte é encarado um negócio — Edgard advoga que as atividades físicas podem perder o caráter protetor da saúde e se tornar práticas destrutivas.

Também profissional de Educação Física, Rossman Cavalcante, mestre em Saúde Pública pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e professor da Universidade de Fortaleza (Unifor), avalia a situação sob outro ângulo. Pioneiro no treinamento de atletas de competição, incluindo a preparação física da dupla de vôlei de praia Franco e Roberto Lopes na conquista da medalha de ouro no circuito mundial, em 1994, e na conquista da vaga para disputar as Olimpíadas de Atlanta, em 1996, ele ponderou que para atingir o nível de alto rendimento é preciso cruzar a linha que separa a alta performance das questões de saúde. “Essa linha é estreita e cruzada várias vezes”, disse Rossman, argumentando que não há como atingir os parâmetros que se esperam de um atleta de “nível olímpico”, sem estressar determinadas estruturas — músculo-esqueléticas, cardiovasculares, metabólicas e até emocionais.

## GENÉTICA X SUPERAÇÃO

Em um ponto os dois profissionais concordam: o número de atletas e ex-atletas de alto rendimento lesionados é altíssimo. Edgard cita o jogador de basquete Oscar Schmidt, que já declarou sentir dores horríveis e não conseguir ficar sentado muito tempo, sequer para dirigir seu carro; lembra de Marcelo Negrão, campeão olímpico de vôlei, que também reclama de dores constantes; e do jogador de futebol Liedson, que ao ser campeão pelo Corinthians declarou que “doía tudo, do pescoço para baixo”. Rossman avalia que o número só não é maior porque estes profissionais são privilegiados pela genética. “Nós, meros mortais, que praticamos exercícios e as vezes nos espelhamos nessas pessoas, não temos os atributos genéticos que nos propiciariam resultados sem aumentar muito o risco de machucar”, alerta.



O judoca Rafael Buzacarini (de branco) luta contra o francês Cyrille Maret, em 2015: estreado nos Jogos Olímpicos, o atleta ficou fora dos tatames quatro meses por conta de uma cirurgia no joelho esquerdo


Shelda tem um episódio que corrobora esta versão. Ela lembrou de um dos inúmeros Campeonatos Mundiais que disputou, quando machucou o cotovelo, mas continuou jogando, mesmo com as dores. Só descobriu um mês depois, quando voltou ao Brasil. “Por algum motivo a gente suporta a dor acima do normal”, acredita. “Faz parte da vida do atleta viver se cobrando por resultados”, argumenta. “O esporte vai provocando as lesões e a maneira de contorná-las é aguentando, porque o mesmo esporte que deteriora a saúde do sujeito coloca regras para que não tome analgésicos. Tudo em nome do rendimento”, critica Edgard, para quem a exigência, no mundo esportivo, não é humana.

Rossman alerta para o perigo que representa a “cultura da superação pela superação”, que extrapola a rotina dos superatletas e invade a vida dos praticantes de atividades físicas. Ele citou como exemplo a febre do *crossfit* [um programa de treinamento de força e condicionamento físico, de alta intensidade, que reúne movimentos de levantamento de peso, ginástica e condicionamento metabólico], que pode induzir as pessoas a acreditarem que são capazes de superar qualquer desafio, por meio de estratégias motivacionais. Isso faz com que o praticante amador da modalidade se submeta a esforços físicos cada vez maiores, sem que seu corpo esteja preparado para isso.

Edgard endossa a crítica: “O ser humano tem limites, mas o desejo de se superar não tem”, adverte, apontando que este sentimento é positivo e impulsiona a humanidade, mas se torna um risco quando se resume à ideia de que as conquistas dependem exclusivamente do esforço pessoal: “Isso é ótimo quando trabalhado em uma dimensão humana e não a favor dos interesses exclusivamente comerciais”, acredita. O professor se refere aos dividendos gerados em torno do esporte profissional, que inclui a promoção de megaeventos, a comercialização de produtos e até o interesse da mídia. Nesta engrenagem, ele enxerga que a “peça” menos valorizada é o atleta. Isso se reflete na disparidade de remuneração (em estudo publicado em

2010 ele apontou que, a despeito dos salários astronômicos pagos às estrelas do futebol no mundo, na realidade cerca de 90% dos jogadores brasileiros recebem menos que um salário mínimo mensal) e na vida pós-competições, para a qual poucos estão preparados.

Depois de 18 anos nas piscinas, Clodoaldo vem se preparando para o “segundo tempo” de sua vida, informando que não pretende ficar tão longe do esporte. Em sua contabilidade pessoal, ele afirmou que se sustenta graças aos patrocinadores e aos cachês recebidos por palestras motivacionais e revela que vem investindo na carreira de jornalista esportivo. O atleta comemora o reconhecimento conquistado por ele e os demais atletas paraolímpicos no país — o que em sua opinião, beneficia todas as pessoas com deficiência — e antecipa que seus planos são cursar comunicação social e retomar a experiência no rádio e na TV — ele apresentou programas nas rádios Bradesco Esporte FM e Band News FM, e na TV Bandeirantes, entre 2013 e 2015.

“Devo tudo o que tenho ao esporte”, declarou Shelda. Ela disse acreditar que sem o vôlei não teria conquistado e vivido tanto, com tão pouca idade. Em relação ao futuro, revela que o fato de ter parado de uma vez, em plena disputa de um Mundial, pesou psicologicamente, mas que se preveniu financeiramente investindo em imóveis e negócios; Diogo avaliou estar “mais perto do fim do que do começo” e manifestou o desejo de se manter próximo ao handebol; Joanna afirmou que a carreira de atleta a preparou para a vida, e que lidar com competitividade e pressão a deixaram mais madura para encarar o que vem pela frente; Rafael contou que planeja voltar a estudar e terminar a faculdade de Fisioterapia e passar “para os mais novos” o que aprendeu no judô. Felipe Claro vem se preparando, financeiramente, com duas empresas (uma delas produz material esportivo para o rugby; a outra, uma academia de treinamento funcional) e pretende voltar aos estudos, mas na área de Educação Física: “Quero fazer uso da bagagem e do conhecimento que o esporte me deu”, explicou. 



Integrante da seleção brasileira de handebol, Diogo Hubner já se submeteu a duas cirurgias no ombro direito, uma no esquerdo, e mais duas no joelho esquerdo: sacrifícios pelo esporte



# O MITO DO ROMBO

AO CONTRÁRIO DO QUE DEFENDE O GOVERNO PARA PROPOR CORTES EM DIREITOS, NÃO HÁ DÉFICIT E SOBRA DINHEIRO PARA PAGAR BENEFÍCIOS

*Luiz Felipe Stevanim*

**E**m 2012, a dentista Liralice Rocha, conhecida entre os amigos como Lili, completou 60 anos de idade e se aposentou. A mudança veio em boa hora: alguns meses antes, os efeitos de uma artrose no joelho haviam se agravado, o que começou a dificultar um pouco mais sua locomoção. Há dois anos ela passou a conviver com outro problema: a dificuldade para enxergar resultante de uma catarata. Depois de aguardar na fila de espera, ela finalmente operou uma das vistas, no último dia 15 de julho, no Hospital Universitário Gaffré e Guinle, no Rio de Janeiro.

As dores no joelho e os problemas na visão não tiraram Lili dos pequenos prazeres do cotidiano: todo sábado ela vai ao mercado comprar a sua “cervejinha” e, aos domingos, prepara o almoço para a família. Mas ela sabe que não tem as mesmas condições de saúde de antes. “Depois dos 60, o cansaço começa a chegar”, reconhece, com serenidade. “Agora você imagina se eu tivesse que trabalhar na minha profissão com essa catarata?”, pontua. Por essa razão ela é totalmente contrária à proposta de aumentar a idade com que as pessoas se aposentam. Depois de trabalhar por 30 anos como dentista no Rio de Janeiro e nas cidades mineiras de Tombos e Pedra Dourada, ela agora sobrevive com uma aposentadoria de um salário e meio.

**no cálculo das finanças previdenciárias, o governo não considera o total de recursos arrecadados com as contribuições sociais**

Lili já ouviu os jornais falarem em rombo na previdência, o que significa que falta dinheiro para pagar os benefícios de cerca de 32 milhões de brasileiros: segundo os dados divulgados em julho pelo governo interino, este ano o déficit do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) pode chegar a R\$ 147 bilhões e avançar para R\$ 183 bi em 2017. O rombo é o principal argumento em favor da reforma da previdência, defendida pela presidenta Dilma, no início de 2016, e pelo governo interino de Michel Temer. Embora ainda

não tenham sido divulgadas na íntegra até o fechamento desta edição, algumas mudanças já eram abertamente discutidas por membros do atual governo, entre elas o aumento da idade real com que as pessoas se aposentam.

O que Lili e a maior parte dos brasileiros não sabe é que esse “buraco” só existe porque, no cálculo das finanças

previdenciárias, o governo não considera o total de recursos arrecadados com as contribuições sociais, como aponta a Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Anfip). Em outras palavras: se forem levadas em conta todas as fontes de receitas da seguridade social estabelecidas pela Constituição de 1988, o rombo na previdência não passa de um mito. Na realidade, sobra dinheiro.

A mágica dos números feita pelo governo para divulgar os dados da previdência é simples: segundo os dados oficiais, o dinheiro vem das contribuições

previdenciárias, pagas por empregadores e trabalhadores ao INSS e destinadas exclusivamente para as aposentadorias, pensões e outros auxílios. Mas como aponta Denise Gentil, economista e professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o cálculo deveria levar em conta outras fontes, como os recursos arrecadados pela Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). “O governo e as instituições financeiras rasgam a Constituição e isolam a previdência como se ela tivesse uma única fonte de receitas”, aponta. O que parece ser um simples erro de cálculo, a pesquisadora chama de “má fé”.

“Para quem quer mostrar um déficit, é conveniente ignorar outras fontes de receitas, mesmo que elas estejam definidas na Constituição”, enfatiza. Também na visão de Frederico Melo, economista do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), a seguridade social — formada pelas áreas de saúde, previdência e assistência — possui uma ampla base de financiamento, não apenas as contribuições previdenciárias. “Nessa conta, o que se arrecada supera o que se gasta. Pelo que está escrito na Constituição, é totalmente indevido falar em déficit da previdência”, completa. Como destacam os especialistas no tema ouvidos por *Radis*, o mito de que a previdência tem um rombo serve para legitimar propostas de reforma na seguridade social com o único objetivo de diminuir os direitos da população.

### MÁGICA DO ROMBO

Se há uma “mágica” nos números divulgados pelo governo, o trabalho realizado pela Anfip é aquele de revelar o segredo por trás do truque. A cada ano, a instituição divulga uma análise da seguridade social a partir dos dados oficiais da Receita Federal. Em 2014, a arrecadação total dessa área foi de R\$ 686,1 bilhões, o que inclui o dinheiro obtido com as contribuições previdenciárias (R\$ 349,5 bi), mas

também por outras fontes, como a Cofins (R\$ 195,9 bi), a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (R\$ 63,2 bi) e pelo Programa de Integração Social (PIS/Pasep; 51,8 bi), além da tributação sobre concursos de loterias (R\$ 4,8 bi). De acordo com a Anfip, esse total de recursos foi suficiente para financiar as três áreas que compõem a seguridade social: saúde, previdência assistência social, que tiveram um gasto de R\$ 632,2 bilhões em 2014. “A análise dos recursos da seguridade nos permite dizer que a previdência é superavitária”, afirma o presidente da Anfip, Vilson Romero.

Na balança das contas, isso equivale dizer que houve um saldo positivo de R\$ 53,9 bilhões em 2014. Segundo Romero, esse dinheiro que sobra na área social vem caindo desde 2012, por conta do aumento do desemprego e da recessão, mas ele ainda é positivo, mesmo em 2015, em que ficou em torno de R\$ 24

bilhões. “Por isso não temos como concordar com uma reforma da previdência que vem restringir conquistas e direitos dos trabalhadores em geral, tanto da iniciativa privada quanto do setor público”, defende. De acordo com ele, propostas como essa buscam desmontar a estrutura de proteção social da população brasileira. “A previdência garante que os cidadãos busquem ao final de uma vida de trabalho ter recursos para manter condições dignas de sobrevivência”, considera.

### QUEM PERDE, QUEM GANHA

“A quem interessa esse mito de que há déficit na previdência?”, questiona Denise, que estudou o tema em seu doutorado na UFRJ. Em primeiro lugar, segundo ela, ganham os fundos de previdência privada que estão dentro dos grandes bancos. “O discurso que alardeia que a previdência está quebrando faz com que as pessoas se sintam inseguras e acabem optando por um fundo de previdência complementar”, analisa. Para ela, esse mito também é sustentado por autoridades e economistas que acreditam que só é possível “botar o país na rota do crescimento” se o governo cortar gastos. Mas de acordo com Denise, somente com investimento público, é possível sair das crises econômicas.

“O governo precisa aumentar o gasto social, porque é isso que dinamiza a economia”, aponta. Ela acrescenta que, na história brasileira, todas as vezes que o governo tentou frear o investimento público e os gastos com políticas sociais, a economia desacelerou. Segundo a economista, ainda há outro interesse por trás do “mito do rombo”: o uso do dinheiro das contribuições sociais, que deveria ser investido em previdência, saúde e assistência, para pagar juros da dívida pública. Esse desvio acontece por causa de um mecanismo conhecido como Desvinculação de Receitas da União (DRU), que permite ao governo retirar 20% do dinheiro arrecadado para a seguridade social e que deveria ser usado exclusivamente nessa área (*Radis* 150). “A DRU permite a União retirar dinheiro das contribuições destinadas à seguridade social e desviar esses recursos para pagar juros da dívida pública”, acrescenta Romero. Na visão do auditor, só há rombo porque esse dinheiro não foi empregado corretamente.

Na outra ponta, quem mais perde com essas medidas de reforma da previdência é a parcela da população que mais depende de proteção social. “O que se pode esperar é um enorme empobrecimento da população e o aumento da exploração daqueles que trabalharam uma vida toda”, enfatiza. Segundo ela, as mulheres serão o grupo mais atingido, pois uma das propostas é equiparar a idade de aposentadoria para ambos os sexos. Na regra atual, as mulheres podem se aposentar com 60 anos, enquanto os homens com 65, no caso da aposentadoria por idade, desde que tenham contribuído ao menos por 15 anos. Denise explica que a diferença de cinco anos foi estabelecida na Constituição de 88, em razão da maior carga de trabalho sobre as mulheres por sua jornada dupla — em casa e no trabalho. “As mulheres podem até viver mais que os homens, mas elas vivem pior, ficam precocemente doentes e isso acaba por desqualificá-las nos postos de trabalho”, considera.

### VIDA DEPOIS DE APOSENTAR

Ao nascer em Alagoas, um homem tem esperança de viver cerca de 66 anos, segundo dados do IBGE de

## 2015 SEGURIDADE SOCIAL

### RECEITA

Contribuições previdenciárias  
R\$ 365,3 bi

Cofins R\$ 200,9 bi

CSLL R\$ 59,7 bi

PIS/PASEP R\$ 53,1 bi

Outras fontes R\$ 28,1 bi

**R\$ 707,1 bi**

### DESPESA

Saúde R\$ 102,2 bi

Benefícios previdenciários  
R\$ 434,3 bi

Bolsa Família R\$ 26,9 bi

Benefícios Assistenciais R\$ 37,6 bi

Outras despesas R\$ 81,7 bi

**R\$ 683,1 bi**

### SALDO POSITIVO

**R\$ 24 BI**

(FONTE: ANFIP E RECEITA FEDERAL)



2014. Já a expectativa de vida de uma mulher em Santa Catarina pode chegar a 81,8 anos. “O grande desafio para a previdência é como estabelecer regras mais gerais num contexto tão desigual”, analisa Frederico Melo, economista do Dieese e doutor em demografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Segundo ele, a essas diferenças regionais, somam-se desigualdades entre sexos, classes sociais e ocupações. “É preciso levar em conta que algumas categorias de trabalhadores estão mais sujeitas a problemas de saúde e condições precárias, como os trabalhadores rurais, os mineiros e outros”, reflete.

Ele também cita o exemplo das mulheres, que já tinham a sobrecarga das tarefas domésticas em relação ao cuidado com os filhos, mas que mais recentemente passam a ter que cuidar também dos idosos, com o processo de envelhecimento populacional. “As mulheres são até hoje aquelas a quem é incumbido tomar conta dos idosos, pela ausência de um sistema de assistência a essa população, o que dificulta a trajetória feminina no mercado de trabalho”, pondera. Em relação ao envelhecimento populacional, ele explica que se trata do aumento do número de idosos em relação ao de crianças e adultos, mas que este não é causado apenas porque as pessoas estão vivendo mais. “O envelhecimento da

população brasileira não foi provocado pelo aumento da longevidade, mas porque estão nascendo menos pessoas”, avalia. Segundo ele, o envelhecimento requer que se tomem medidas nas políticas sociais para garantir direitos e não para restringi-los. Wilson Romero também é contrário ao aumento da idade de aposentadoria. “Ao fixar uma idade mínima, num país continental como o Brasil, vamos condenar uma parcela da população a nunca chegar a ter uma aposentadoria”, destaca.

“A Constituição estabelece que saúde, assistência e previdência são direitos sociais e, por isso, concepções que buscam privatizar a seguridade estão em desacordo com esses princípios”, pondera ainda Frederico, ao enfatizar que o objetivo das propostas de reforma da previdência é dificultar o acesso aos direitos. De acordo com ele, o Estado arrecada recursos da sociedade por meio de tributos e, com estes, busca oferecer algumas garantias para famílias e pessoas na tentativa de suprir falhas do sistema. Mas, segundo o economista, este sistema de proteção social é ameaçado pelos governantes que querem liberar recursos para serem usados em outros fins, como a política fiscal. “Também tem um setor da economia que não quer contribuir e que vê a proteção social como um mercado em potencial. Para esses setores interessa reduzir direitos”, considera.

#### SAIBA MAIS

- Análise da Seguridade Social 2014 (Anfip) [goo.gl/4jTfR8](http://goo.gl/4jTfR8)
- Os impactos das mudanças demográficas na Seguridade Social e o ajuste fiscal (Frederico Melo) [goo.gl/YcQyOJ](http://goo.gl/YcQyOJ)
- A Política Fiscal e a Falsa Crise da Seguridade Social (tese de Denise Gentil) [goo.gl/fsA1IK](http://goo.gl/fsA1IK)

FOTO: EDUARDO DE OLIVEIRA



## ENTREVISTA DENISE GENTIL O QUE FALTA É INCLUSÃO

“Estamos criando uma sociedade completamente cindida ao meio”. Essa é a avaliação da economista da UFRJ, Denise Gentil, ao destacar a necessidade de ampliar a garantia de direitos sociais para a parcela que ainda não tem acesso à seguridade social.

### Que tipo de políticas deveriam ser adotadas para garantir os direitos sociais?

O que falta é incluir pessoas dentro da seguridade social e não excluir ainda mais. O governo precisa adotar políticas que incorporem aqueles que estão nos subempregos, no mercado informal, porque essas pessoas não estão contribuindo. Quanto maior o número de empregos formais, maior o número de contribuintes da seguridade social, portanto, melhor a arrecadação desse sistema.

### O que pode ser feito?

Toda reforma que pretende reduzir gastos e direitos piora o resultado da economia. O gasto público estimula o crescimento. Não tem reforma maior a ser feita do que essa. A reforma tributária também é absolutamente necessária, mas em um sentido contrário do que aponta o governo. As receitas que financiam a seguridade social são

repassadas ao preço: quem paga são os próprios trabalhadores. A parcela da sociedade com renda mais alta deve financiar o amparo à população com renda menor, com uma reforma tributária que se volte para os grandes grupos financeiros.

### A Constituição fala em seguridade social, mas na prática saúde, previdência e assistência são tratadas como políticas separadas. Qual é o prejuízo disso para a população?

Essa separação é proposital, pois acabou-se dando um subfinanciamento para a saúde. Na história recente, a saúde foi duplamente penalizada. Em primeiro lugar, o governo concedeu desonerações gigantescas no setor. Em 2014, desonerou R\$ 23,7 bilhões somente dentro da saúde. Esses recursos que poderiam estar indo para o SUS estão sendo renunciados em favor das empresas privadas. Na área da seguridade como um todo, em 2015, o governo fez uma renúncia de receitas de R\$ 158 bilhões. A segunda questão é a própria regulação do setor de saúde que privilegia cada vez mais o setor privado em detrimento do serviço público, o que ocorre, por exemplo, com o aumento das terceirizações. Hoje o SUS passou a ser complementar ao setor privado.





Elisa Batalha

**C**ondecorado pela organização internacional Vaccination como uma das 50 pessoas mais influentes na indústria de vacinas no mundo, o presidente do Conselho Político e Estratégico de Bio-Manguinhos (unidade produtora de imunobiológicos da Fiocruz), Akira Homma, tem muito boa memória para datas, nomes e cargos das pessoas que marcaram a sua carreira. Desfia décadas de história com a simplicidade de quem conta um dia cotidiano de trabalho. “Tenho carteira assinada há 60 anos”, diz Akira, que ajudou a fundar e presidiu Bio-Manguinhos de 1976 a 1989. Ele é também ex-presidente da Fiocruz, função que exerceu por alguns meses, entre 1989 e 1990, interrompida por imposição do governo Collor. Casado e com um filho, o descendente de imigrantes japoneses que vieram trabalhar nas plantações de café se tornou médico veterinário e contribuiu decisivamente para a erradicação da poliomielite e a eliminação do sarampo no país. Seus relatos vão do passado ao futuro, discutindo novas tecnologias e analisando potencialidades da indústria de imunobiológicos diante da crise atual. Arrisca previsões, sem perder a precisão e a parcimônia orientais.

#### **Como o senhor despertou para a ciência e tecnologia?**

Não é que eu tenha descoberto minha vocação, foram as oportunidades que eu tive e eu não tive dúvida em aproveitar. Fui estagiário — e depois funcionário — no Instituto Adolfo Lutz, o Laboratório de Saúde Pública do Estado de São Paulo. Depois de um curso da Organização Panamericana de Saúde (Opas), que incluía metodologias em cultura de tecidos, fui convidado a trabalhar no Centro Panamericano de Febre Aftosa, em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense. Eu tinha 22 anos, ainda não estava formado. Nesse período, fiz o meu curso universitário em Medicina Veterinária na Universidade Federal Fluminense, em Niterói. Pegava onze conduções por dia. A vida não era fácil, mas aquilo nunca me desanimou.

#### **Quem foram as pessoas que se tornaram suas referências na carreira?**

O Hermann Schatzmayr foi um dos grandes apoiadores da minha carreira. Ele organizou o laboratório de virologia na Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp/Fiocruz), no departamento de Biologia, chefiado pelo Luiz Fernando da Rocha (*Radis* 130), e eu enveredei pela virologia humana. Poliomielite era tema importantíssimo na época. Nós fizemos o primeiro estudo controlado da eficácia da vacina da poliomielite, oral, de vírus atenuados. Em 1969, com ajuda dele, consegui uma bolsa de estudos da Opas na área de virologia no Baylor College of Medicine, em Houston, Estados Unidos. Lá fui incorporado à equipe que desenvolveu um equipamento para concentrar vírus de água, que ficou entre as cinco melhores invenções do ano. Um dos líderes do grupo, o professor Craig Wallys, disse para mim: “Akira, você é um estudante aqui dentro, não podemos colocar seu



# Dedicação imune ao tempo

nome na patente, mas reconhecemos o seu trabalho e vamos pagar uma viagem ao primeiro congresso internacional de virologia em Budapeste”. Conheci a Europa em 1971. E essa bolsa serviu para abrir minha visão acadêmica e de pesquisador.

## Como foi trabalhar em um país mais avançado tecnologicamente?

Naquela época, Budapeste ainda era, vou te dizer, meio pobrezinha (risos)... Em 1972, eu tinha a opção de ficar por lá ou voltar. E eu voltei para a Ensp por causa da família. Defendi aqui a minha tese de doutorado, em 1974, com o professor Guilherme Rodrigues da Silva, do Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da USP. A situação naquela época não era fácil, havia a inflação, que corroía o salário. Depois que eu voltei de Houston, o salário era tão ruim que eu tinha que fazer bico para poder sobreviver — e muita gente fazia isso. Consegui um lugar no laboratório de análises clínicas da Santa Casa para dar plantão de sábado para domingo.

## O senhor no passado abriu mão de continuar trabalhando na Opas e na indústria farmacêutica, onde era bem melhor remunerado. O que o motivou?

Eu saí e voltei da Fiocruz duas vezes. A primeira foi em 1974, quando estava na Bayer. Eles me convidaram para organizar um laboratório de produção de vacina contra febre aftosa em Belford Roxo. Fui estagiar no laboratório de produção desta vacina em Colônia, na Alemanha. Tive o aprendizado de produção de vacinas para implementar aqui. Ofereceram três a quatro vezes tudo que eu ganhava e era um desafio muito grande, organizar um superlaboratório. Precisei aprender alemão. Eu estava muito bem, mas em 1975 a fábrica de Belford Roxo foi fechada porque o mercado brasileiro passou a ter produção excessiva dessa vacina. A Bayer então me ofereceu ir trabalhar na Espanha ou na Argentina. Foi quando Guilardo Martins Alves e Vinicius Fonseca [pesquisadores e ambos ex-presidentes da Fiocruz] estavam reorganizando a Fundação Oswaldo Cruz. Guilardo

foi enviado a várias instituições como o Instituto Pasteur para fazer prospecção e “repovoar” a Fiocruz. Em 4 de maio de 1976 foram criadas as unidades de Bio-Manguinhos e Farmanguinhos. Eu vim e passei a ganhar um quarto do que eu ganhava na Bayer.

## E da segunda vez? Por que o senhor retornou?

Em outros tempos eu diria que é uma cachaça, mas eu não vejo mais ninguém bebendo cachaça — só vinho, uísque, cerveja artesanal (risos). Mas o fato é que você está aqui pela Saúde e porque gosta. O que você faz tem impacto, você vê resultados. Não sei se ganhar muito dinheiro, trabalhar só por dinheiro, é gratificante. Não posso falar porque minha vida sempre foi essa. Estou fazendo uma coisa que eu gosto. Gosto muito do que eu faço. A segunda vez em que fui morar no exterior, com família, e voltei, foi depois que acabei me tornando presidente da Fiocruz. Isso foi em 1989, quando Sergio Arouca foi candidato a vice-presidente da República na chapa de Roberto Freire. Ele teve que deixar a presidência da Fiocruz para se candidatar e eu assumi no lugar dele. Neste período, organizamos a primeira eleição para presidente da Fiocruz e eu ganhei no primeiro turno, de uma lista que tinha cinco candidatos. Mas não fui nomeado pelo presidente Fernando Collor, pois ele não desejava nomear ninguém da lista triplíce. Ele não quis aceitar a decisão da instituição. Então, fui concidado para coordenar o Programa Nacional de Autossuficiência em Imunobiológicos (Pasni), do Ministério da Saúde, em Brasília, e depois fui selecionado para o cargo de assessor regional de vacinas da Opas-OMS nos Estados Unidos.

**“É importante resgatar como a ditadura ocultou os números de meningite, para não acontecer outras vezes.”**

**O senhor viveu a epidemia de meningite, que acometeu o país no auge da ditadura militar, na década de 70. Como não havia vacina, não se divulgou a gravidade da situação. Como foi acompanhar esse episódio nos bastidores?**

**“A população precisa ter garantidos os produtos essenciais para sua proteção.”**

Essa foi uma página triste da história da Saúde Pública no país. A epidemia de meningite meningocócica começou no início da década de 70, mas as autoridades sanitárias da época tentaram ocultar. A gente sabia que havia grande número de mortes. O Carlos Ossamai, professor de Epidemiologia da Ensp, foi uma pessoa muito importante na divulgação desses números. Ele começou a organizar os dados na diretoria de Epidemiologia do Ministério da Saúde e o governo entendeu que teria que divulgá-los. Só então veio a decisão de comprar imediatamente a vacina da meningite, e ao mesmo tempo de organizar uma estrutura laboratorial aqui. A epidemia encontrou o país sem nada, sem nenhuma instituição em condição de dar respostas. Daí também resultou a reestruturação da Fiocruz. Seria importante tentar resgatar essa história sobre a comunicação na época da ditadura militar, para não acontecer outras vezes. Em 1976, foi pela primeira vez produzida uma vacina humana com biorreator. Até ali só se fazia em cultura estática, em garrafa. E pela primeira vez tínhamos uma vacina de componente de bactéria, um polissacarídeo. Tinha muita tecnologia envolvida. Na compra da vacina, veio junto o laboratório piloto de vacinas bacterianas, a transferência de tecnologia de todo o processo produtivo. Bio-Manguinhos se fortaleceu também em outro episódio, com a transferência de tecnologia da vacina de sarampo e poliomielite, que ocorreu no contexto do Acordo Básico de Ciência e Tecnologia Brasil-Japão.

**Por que o setor de imunobiológicos é prioritário para o país?**

Assim como a epidemia de meningite pegou o país de calças curtas, nós também tivemos desabastecimento de vacinas na década de 1980, em 84 ou 85, quando uma multinacional tinha praticamente todo o mercado de produção de vacinas e soros. Ela fechou a atividade de produção de vacinas porque o Ministério da Saúde começou a apertar o controle de qualidade. O laboratório não atendia as especificações. Simplesmente fechou. Nos jornais da época você vai ver páginas inteiras falando da falta de soro antiofídico, cujo produto nem era passível de importação, já que os venenos de cobra têm especificidades regionais. Produzir vacina é uma atividade de alto custo fixo. Por isso é preciso ter escala de produção, para diluir os custos. E na época você tinha uns dez laboratórios nacionais, a maior parte produzindo vacina antirrábica e soros. O Ministério da Saúde [com a criação da Anvisa] começou a exigir mais qualidade dos produtos.

**Existe hoje o problema de desabastecimento?**

Quando acontece uma epidemia e aumento da demanda de forma repetida, existe sim. Faltam produtos inclusive no mercado internacional, como acontece hoje com a vacina da febre amarela. Em um país continental como o nosso, com 200 milhões de habitantes, não se justifica não ter competência nacional em produtos estratégicos como vacinas, privada ou pública. Mas, no Brasil, o privado nunca quis entrar porque a área é muito complexa e exige alto investimento em instalações

e infraestrutura. Se não tivéssemos os laboratórios públicos atuando, os produtos seriam muito mais caros.

**Qual a diferença entre autonomia e soberania? De que o país precisa em termos de imunobiológicos, kits de diagnóstico e biofármacos?**

A população precisa ter garantia de que vai ter produtos essenciais para sua proteção. Isso pode ser feito de várias formas. Uma é importar — e países pequenos usam essa estratégia. Países grandes como o Brasil têm que buscar competência científica e tecnológica para responder às demandas. Não queremos a soberania da produção de imunobiológicos e nem a produção local de todas as vacinas. Queremos sim produzir internamente aquelas que são absolutamente essenciais, cerca de uma dúzia de produtos. Isso pode ser feito por investimento público ou privado. Mas nós temos que ter competência para isso. O fato é que, no Brasil, o privado não compareceu por causa dos riscos que essa atividade apresenta. Nessa atividade, as novas tecnologias têm que ser incorporadas de forma permanente, porque senão ficam obsoletas rapidamente. Nós conseguimos sobreviver nesse setor por um instrumento muito importante, que é o uso do poder de compra do Estado para fazer incorporação de novas tecnologias de produção. Nós sobrevivemos porque somos públicos.

**Por que em um momento de crise econômica continua sendo essencial investir em vacinas e em saúde?**

Os trabalhos de Bio-Manguinhos têm um valor intangível. Nossas vacinas serviram para eliminar a poliomielite no país. Acabou. Ninguém fala mais disso, mas continuamos trabalhando porque você tem que ter a manutenção. O sarampo também foi eliminado, e demos importante contribuição. Por isso nós dizemos que “tem um pouco de Bio-Manguinhos em cada brasileiro”. A gente explora muito pouco a valoração disso. A qualidade de vida que a gente gera.

**Bio-Manguinhos é voltada para o mercado?**

Nós não vamos ao mercado, mas Bio-Manguinhos precisa ser autossustentável para ter novos horizontes e alternativas. Autossustentabilidade para Bio-Manguinhos é atender às demandas de saúde pública. Nossa proposta é a saúde pública. Quando eu falo em mercado, é no sentido de que somos 200 milhões de pessoas, é no sentido da demanda da população. Que é o SUS. Se a gente conseguir atender bem o SUS, com produto de qualidade, com tudo que é necessário, evidentemente estaremos tendo o retorno correspondente. Nós não visamos lucro.

**O Congresso Interno da Fiocruz autorizou Bio-Manguinhos a se tornar uma empresa pública. Mas não há risco de privatização?**

É preciso dizer que a atividade de Bio-Manguinhos é uma atividade industrial. Nós temos mil e quinhentas pessoas lá dentro. Nosso pessoal tem conhecimento e criatividade em várias tecnologias de desenvolvimento e produção de imunobiológicos. Nossa proposta é tornar Bio-Manguinhos uma empresa pública, com a ideia de que vamos conseguir agilidade, com flexibilização de processos. Não existe nenhum risco de privatização.







FOTOS: CAROLINA NIEMEYER

Se discutir com quem entende, verá que nunca será privatizada. Porque, sem o guarda-chuva do Estado, nunca seremos competitivos. As grandes multinacionais, todas elas, investem 20% de suas receitas de bilhões de dólares em novas tecnologias e na compra de laboratórios e patentes. Bio-Manguinhos investe 20 milhões de reais por ano em desenvolvimento de novos produtos, o que é muito pouco. Se for privatizado, em 5 anos acaba, sem o poder de compra do Estado.

**É possível o desenvolvimento de novas vacinas em curto e médio prazo para as novas epidemias, de zika e chikungunya? Qual delas tem mais chance de ser desenvolvida primeiro?**

Será possível sim. Estamos trabalhando e buscando parcerias. Estamos juntando peças e trabalhando de forma acelerada para dar as respostas que o país precisa. É difícil dizer para qual delas será desenvolvida uma vacina primeiro. Falta ainda conhecimento profundo sobre a doença zika e sobre o vírus. As formas graves de zika podem ser ligadas à sensibilização por anticorpos. Se for assim, não sabemos nem se a vacina será a forma de prevenção mais eficaz.

**“Não sabemos se a vacina será a forma de prevenção mais eficaz para zika.”**

Quero reiterar que nós temos uma maneira eficaz de combater a zika, chikungunya e dengue: é o combate ao vetor. Não estou retirando a responsabilidade que nós temos com o desenvolvimento de kits de diagnósticos e vacinas. Estou dizendo que, por favor, não joguem toda a responsabilidade em cima da gente.

**Quais são as novas tecnologias e tendências para o setor farmacêutico e de imunobiológicos? A nanotecnologia está entre elas?**

A nanotecnologia é uma delas. Mas existem outras tecnologias. O conhecimento profundo da interação entre o vírus e a célula humana — por exemplo no caso do HIV — pode trazer um salto. O anticorpo de pessoas infectadas, mas que não têm a doença, pode ser um dos caminhos para desenvolver uma vacina contra o vírus HIV. A vacina contra influenza (gripe) é a que mais possivelmente será modificada, e eu espero nos próximos anos ver uma vacina da influenza universal. Novas vertentes científicas, como a nanotecnologia, poderão mudar todo o cenário atual. Você pode colocar em um dispositivo minúsculo diferentes antígenos e ativar a liberação gradual de forma que seu organismo fique continuamente desenvolvendo anticorpos.

**Que valores, aprendidos por você na família, ou na sua vivência, devem orientar os mais novos? O que você diria para a nova geração de gestores, pesquisadores, estudantes?**

Estudar. Estudar e estudar. Tem que gostar do que se faz e fazer gostando. E persistir. Como Oswaldo Cruz, no início do século passado, dizia: “Não esmorecer para não desmerecer”. As palavras dele são super atuais. E tem caminhos. A Saúde Pública precisa de mais gente.



*Participaram da entrevista Rogério Lannes, Adriano De Lavar, Luiz Felipe Stevanim e Paulo Schueler (Ascom Bio)*





## *Substância presente em combustíveis expõe ao risco 770 mil trabalhadores no Brasil*

Bruno Dominguez

“**C**ompleta com gasolina”. Dita repetidas vezes por motoristas nos 41 mil postos de combustível do país, a frase vem normalmente seguida por outra: “Enche mais um pouco?”. Um “click” indica quando o reservatório do carro está cheio, mesmo assim é comum que se abasteça mais para “arredondar” o valor cobrado. Um ato tão trivial, mas que aumenta a exposição a um perigo volátil: o benzeno. Um dos compostos aromáticos da gasolina, essa substância tem propriedades que levaram a Agência Internacional para Pesquisa em Câncer (Iarc), da Organização Mundial da Saúde, a incluí-la no grupo 1 das cancerígenas — ou seja, de nível mais alto.

“Os elementos centrais da importância do benzeno estão ligados à sua toxicidade e à difusão de sua utilização, especialmente na cadeia produtiva de extração e refino de petróleo e na produção de aço”, observa o médico do Trabalho Danilo Costa. “Ao mesmo tempo em que se conhecem cada vez mais as características tóxicas desse produto, sua presença é parte de processos essenciais e não há substituição em curto, médio ou longo prazos”.

O benzeno é encontrado em combustíveis, desengraxantes, mistura com tintas, vernizes, tintas, colas, óleos, adesivos e em compostos utilizados na indústria de calçados e artigos de couro, em oficinas mecânicas, de pinturas, na indústria gráfica, na aplicação de carpetes. Também serve de matéria prima para a fabricação de borracha,

plásticos, perfumes, medicamentos e extração de óleos e gorduras.

O benzeno pode entrar no corpo via respiração e por contato com a pele; em alguns casos, também pela ingestão. Benzenismo é o nome dado ao conjunto de sinais e sintomas decorrentes dessa exposição. As complicações podem ser agudas — quando ocorre exposição a altas concentrações, com presença de sinais e efeitos neurológicos ou respiratórios — ou crônicas — podendo levar a complicações a médio ou a longo prazos, localizadas principalmente no sistema formador de sangue.

O Brasil não divulga dados oficiais sobre a quantidade de trabalhadores expostos ao benzeno. “Essas informações são de propriedade das empresas, que muitas vezes impedem o acesso até aos funcionários afetados”, conta a pesquisadora associada do Programa Integrado em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia Maria Juliana Moura-Corrêa, responsável pelo primeiro estudo de prevalência de exposição no país.

A pesquisadora empregou uma matriz da Finnish National Job Exposure Matrix (Finjem), já aplicada na cidade de Montreal (Canadá), em sete países da União Europeia e em outros países nórdicos, para calcular a exposição ocupacional. Dos 86.353.839 trabalhadores ativos e ocupados registrados no Censo de 2010, o estudo estimou em 770.212 os expostos ao benzeno em situação de trabalho. Esse número corresponde a uma prevalência ponderada por grupos ocupacionais de 0,9% de todos os trabalhadores brasileiros.




Entre os expostos, a maioria é de operadores e mecânicos de máquinas e motores (61,6%). Outro grupo de grande concentração é o de frentistas de postos de combustíveis (16,8%). “O estudo revela que a exposição ocupacional ao benzeno no Brasil é um problema de saúde pública, por ser elevado o número de trabalhadores expostos”, comenta Juliana, ressaltando que as estimativas obtidas são apenas projeções, mas não surpreendem ao se considerar que o benzeno já é objeto de ações específicas de vigilância no país.

O benzeno foi alvo de um acordo em 1995, logo após o Ministério do Trabalho e Emprego enquadrar a substância no rol das cancerígenas, passando a não reconhecer limite seguro para a exposição, em 1994. Dentre as principais mudanças, Danilo destaca a proibição do uso da substância (admitindo como exceções as empresas que o produzem ou que o utilizam em sínteses químicas, as siderúrgicas e os laboratórios em situações em que não pudesse ser substituído), a obrigatoriedade de cadastramento dessas empresas, o estabelecimento do conceito de Valor de Referência Tecnológico (superando o conceito de Limites de Tolerância), a criação da Comissão Nacional Permanente do Benzeno (e de suas regionais) com o propósito de negociar e acompanhar a implementação do acordo.

Para ele, o desafio hoje é rever para baixo os valores de referência e fortalecer a dinâmica social que permite a aplicação das leis. “As leis têm pouco impacto quando não há uma dinâmica social forçando sua aplicação”. A pesquisadora do Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Cesteh/Ensp/Fiocruz) Rita Mattos aponta na mesma

direção: “Apesar do avanço das leis, é necessário aumentar a informação da população para a exposição, de forma a que as leis sejam cumpridas também pelo pedido dos próprios usuários e frentistas”.

No Rio de Janeiro, a Lei Estadual nº 6.964/2015 proibiu o abastecimento de tanques de combustível além da trava automática — que se ativa quando 90% da capacidade do tanque é atingida —, medida que minimiza a exposição do trabalhador dos postos à volatilização do solvente. Visando divulgar essa determinação, o Cesteh elaborou em 2015 uma cartilha, “Você sabe o que é benzeno?” (veja em <http://bit.ly/benzeno>), juntamente com a Coordenação de Comunicação Institucional da Ensp e o Sindicato dos Empregados em Postos de Serviços de Combustíveis e Derivados de Petróleo do Estado do Rio de Janeiro (Sinpospetro-RJ). “Desenvolvemos um personagem, o frentista Zé do Click, que acaba sendo um vetor de informação sobre como fazer adequadamente o enchimento dos tanques de gasolina”, explica Rita.

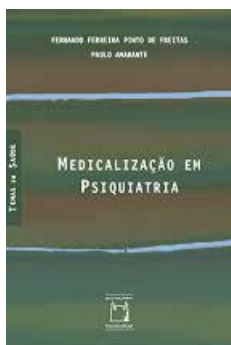
O Zé do Click ensina, por exemplo, que não se deve abastecer além do automático, nem secar combustível com paninhos e depois deixá-los nos bolsos ou ombros para uso pessoal, usar gasolina para se limpar de alguma graxa ou fumar perto dos combustíveis. Ainda recomenda evitar molhar a roupa de trabalho com combustível, lavar a roupa separada do resto das roupas da família e tomar cuidado ao fazer o abastecimento, a descarga do caminhão-tanque, os testes de qualidade no combustível e a medição manual dos tanques. As medidas de proteção são importantes porque não há limite seguro para a exposição ao benzeno. “Não há dose mínima para que haja a ação cancerígena”, reforça Rita. 



## PUBLICAÇÕES

## Medicalização em pauta

No mais recente volume da coleção Temas em Saúde, da Editora Fiocruz, Fernando Freitas e Paulo Amarante apresentam as diversas faces do fenômeno da **Medicalização em psiquiatria**, discutindo o processo de diagnóstico dos transtornos mentais, a medicalização na perspectiva dos movimentos sociais, o mito científico do desequilíbrio químico e suas doenças, a expansão do mercado da psiquiatria e da indústria farmacêutica e relatam experiências onde a desmedicalização é possível.



## Fitoterápicos

O editorial do número 1 do volume 10 da **Revista Fitos — Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Fitoterápicos**, editada pelo Instituto de Tecnologia em Fármacos (Farmanguinhos/Fiocruz) trata da ciência no uso de produtos naturais para controle do vetor do zika vírus. Entre outros artigos, a publicação apresenta uma revisão sistemática sobre a atividade anti-inflamatória de produtos naturais em Odontologia e ainda aborda assuntos como política de gestão da inovação, o mercado de matérias primas para indústria de fitoterápicos e um modelo eficiente de farmácia viva. A Fitos está disponível em <http://goo.gl/AuWNL8>.



## Direito sanitário

Reflexões sobre a abertura do capital estrangeiro à saúde, mediação sanitária, efeitos colaterais da epidemia de zika e uso de canabidiol no Brasil estão contempladas no segundo número do volume 5 dos **Cadernos Ibero-americanos de Direito Sanitário**, publicação dirigida a professores, pesquisadores e estudantes de Direito, de Ciências da Saúde e de Ciências Sociais; operadores do Direito; profissionais de saúde e gestores de serviços e sistemas de saúde. Editada em três línguas (português, espanhol e inglês), a revista recebe artigos em fluxo contínuo, é de acesso livre e está disponível em <http://goo.gl/Rxa9BL>.



## Reforma psiquiátrica

Em **A linha curva — O espaço e o tempo da desinstitucionalização**, Ernesto Venturini, o colaborador de Franco Basaglia que acompanhou de perto a reforma psiquiátrica brasileira, oferece ao leitor escritos — alguns, já publicados na Itália — que tratam de suas experiências em seu país e refletem sobre o processo de desinstitucionalização sob variados ângulos. O autor se inspirou nas linhas curvas do arquiteto Oscar Niemeyer para dar título à obra: “De imediato é provável que não permita ver ao longe, como a linha reta, mas isso acontece por uma razão: tal processo recusa a pressa, requer leveza”, diz na apresentação.



## EVENTOS

## 6º Colóquio internacional de estudos sobre homens e masculinidades



O evento tem como objetivo fortalecer o intercâmbio de pesquisadores/as, estudiosos/as, gestores/as e ativistas no campo de estudos de gênero, que tem focalizado ações com/sobre homens e masculinidades. O encontro — que acontece em paralelo ao 7º Seminários Brasileiro Homens e masculinidades — terá como tema central “Masculinidades frente às dinâmicas de poder/resistência contemporâneas: pressupostos éticos, ideológicos e políticos das diversas vozes, práticas e intervenções no trabalho com homens e masculinidades”, e receberá inscrições de trabalhos até 31 de agosto.

**Data** 2 a 5 de abril de 2017

**Local** Recife, PE

**Info** [www.masculinidades.org](http://www.masculinidades.org)

## 8º Encontro Panamericano de Ciências da Comunicação



Promovido pelo Centro Internacional de Estudos Superiores de Comunicação para América Latina (Ciespal) e União Latina da Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura (ULEPICC), o evento acontece conjuntamente ao 10º Congresso Internacional da União Latina de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura (ULEPICC), terá como tema “Políticas de comunicação e integração econômica intercontinental”, e discutirá questões relativas à estrutura, às políticas, aos processos de resistência e defesa da democracia informativa. Trabalhos podem ser enviados até o dia 10 de janeiro de 2017.

**Data** 12 a 14 de julho de 2017

**Local** Quito, Equador

**Info** <http://goo.gl/bE5iFv>

# Nada mais ideológico do que uma 'escola sem partido'

Cleo Manhas\*

O que seria a tão falada, e pouco explicada, 'escola sem partido'? Trata-se de uma falsa dicotomia, pois não diz respeito a não partidização das escolas, mas sim à retirada do pensamento crítico, da problematização e da possibilidade de se democratizar a escola, esse espaço de partilhas e aprendizados ainda tão fechado. A pauta que precisamos debater é a da qualidade da educação, e não falácias sobre a "não ideologização da escola", algo que se vê até mesmo em alguns diálogos sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

O Plano Nacional de Educação foi aprovado há dois anos e, durante sua tramitação, uma das polêmicas suscitadas foi acerca da promoção das equidades de gênero, raça/etnia, regional, orientação sexual, que acabou excluída do texto do projeto. Isso influenciou a tramitação dos planos estaduais e municipais, que também sucumbiram ao lobby conservador e refutaram qualquer menção a gênero, por exemplo, difundindo a falsa tese da aberração intitulada "ideologia de gênero". Isso causou uma confusão deliberada entre uma categoria teórica e uma pretensa ideologia.

Marivete Gesser, do Laboratório de Psicologia Escolar e Educacional da Universidade Federal de Santa Catarina, explica que "gênero pode ser caracterizado como uma construção discursiva sobre nascer com um corpo com genitália masculina ou feminina" e, por meio de normas sobre masculinidade e feminilidade, vamos nos construindo como sujeitos "generificados". O preconceito vem dos discursos que naturalizam os lugares sociais de homens e mulheres como únicas representações, e segregam qualquer outra forma de manifestação. Além disso, uma das razões do abandono escolar é a discriminação relativa ao público LGBTI. Razões mais do que suficientes para discutirmos gênero nas escolas.

Qual a ligação entre esses dois temas, "escola sem partido" e "ideologia de gênero? O que parece ter diferentes motivações e origens resulta dos mesmos elementos: os fundamentalismos conservadores que tentam passar às pessoas suas ideologias e crenças. Afinal de contas, não são apenas os pensamentos marxistas que são ideológicos, como tentam fazer crer os defensores da "escola sem partido". Sendo assim, o que significa ideologia então?

Um dos conceitos mais difundidos é o de Karl Marx em parceria com Friedrich Engels, na obra *A Ideologia Alemã*, em que afirmam ser a ideologia uma consciência falsa da realidade, importante para que determinada classe social exerça poder sobre a outra, bem como a necessidade de a classe dominante fazer com que a realidade seja vista a partir de seu enfoque.

O conceito, no entanto, sofreu inúmeras interpretações. Há ideologia nas diferentes formas de ver e conceber o mundo. Não existe neutralidade. Os teóricos deste projeto advogam a neutralidade e se dizem não partidários. Quando defendem a 'não ideologização', em nome dessa pretensa neutralidade, também estão impregnados de ideologia. Suas intenções são claras: a retroação dos avanços que tivemos nos últimos tempos, especialmente com relação aos direitos humanos. O movimento defende a noção de que o professor não é um educador, separando assim o ato de ensinar (passar conteúdos) e educar. O/a professor(a) deveria estar ali apenas para passar conteúdo sem crítica, problematização ou contextualização, em um ato mecânico. Paulo Freire é demonizado como o grande doutrinador — justo ele, que construiu uma obra toda para combater doutrinações.

O movimento da "escola sem partido" nasceu em 2004 e não gerou muitas preocupações. No entanto, tem tomado corpo e crescido, na mesma toada de movimentos fascistas, e já se espalhou por diversas câmaras municipais e assembleias legislativas. Em âmbito nacional, o Projeto de Lei 8677/2015 propõe alterar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, sugerindo "vedar, em sala de aula, a prática de doutrinação política e ideológica bem como a veiculação de conteúdos ou a realização de atividades que possam estar em conflito com as convicções religiosas ou morais dos pais ou responsáveis pelos estudantes". O que viola tais convicções provavelmente será julgado de acordo com o que e com quem quiserem criminalizar. Há vários outros projetos tramitando apensados a esse, ainda mais perversos. Um deles proíbe a distribuição de livros didáticos que falem de diversidade sexual; há outro que tipifica o crime de assédio ideológico, que irá penalizar o profissional de educação por opiniões emitidas também fora da escola, tais como nas redes sociais.

A recente associação escola sem partido foi criada para que o movimento pudesse recorrer à Justiça em casos que julgasse relevantes. E a primeira ação por eles promovida foi contra o INEP, devido ao tema da redação do Enem de 2015, que tratava de violência contra as mulheres, tema que julgaram doutrinador e partidário. Há vários ovos de serpente chocando no momento em diversos locais, e não temos garantias que o Judiciário irá barrar tais aberrações. Nossa única arma é a manifestação, a nossa presença nas ruas e a disseminação de informações a um público maior possível. É preciso promover debates que esclareçam situações que estão amadurecendo na surdina, com pessoas que não nos representam, mas estão em cadeiras que permitem tais movimentos.

\*Assessora política do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc)



